

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS – CCJE
FACULDADE NACIONAL DE DIREITO – FND

FABIANO RAMOS DE MORAS SACRAMENTO

O ENSINO JURÍDICO E A PESQUISA EMPÍRICA:
UM ESTUDO DE CASO DE UMA DISCIPLINA DE PESQUISA NA GRADUAÇÃO

Rio de Janeiro

2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS – CCJE
FACULDADE NACIONAL DE DIREITO – FND

FABIANO RAMOS DE MORAS SACRAMENTO

O ENSINO JURÍDICO E A PESQUISA EMPÍRICA:
UM ESTUDO DE CASO DE UMA DISCIPLINA DE PESQUISA NA GRADUAÇÃO

Monografia de final de curso, elaborada no âmbito da graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como pré-requisito para obtenção do grau de bacharel em Direito, sob a orientação do Professor Doutor José Roberto Franco Xavier.

Rio de Janeiro

2019

CIP - Catalogação na Publicação

R119oe Ramos de Moras Sacramento, Fabiano
O ensino jurídico e a pesquisa empírica: um estudo de caso de uma disciplina de pesquisa na graduação / Fabiano Ramos de Moras Sacramento. -- Rio de Janeiro, 2019.
56 f.

Orientador: José Roberto Franco Xavier.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade Nacional de Direito, Bacharel em Direito, 2019.

1. Ensino Jurídico. 2. Etnografia Jurídica. 3. Pesquisa Empírica. I. Franco Xavier, José Roberto, orient. II. Título.

FABIANO RAMOS DE MORAS SACRAMENTO

**O ENSINO JURÍDICO E A PESQUISA EMPÍRICA:
UM ESTUDO DE CASO DE UMA DISCIPLINA DE PESQUISA NA GRADUAÇÃO**

Monografia de final de curso, elaborada no âmbito da graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como pré-requisito para obtenção do grau de bacharel em Direito, sob a orientação do Professor Doutor José Roberto Franco Xavier.

APROVAÇÃO EM ____ de _____ de ____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Roberto Franco Xavier (orientador) – FND/UFRJ

Prof. Dr. Emiliano Rodrigues Brunet Depolli Paes – FND/UFRJ

Elizabeth Tavares Viana – FND/UFRJ

Rio de Janeiro

2019

AGRADECIMENTOS

Agradeço à força que me sustenta e me dota de sensibilidade, a ponto de comoção, quando das expressões de amor em relação ao sofrimento dos outros. Aos meus fantásticos pais pelo amor e carinho que estão à base dos anos de cuidado e sacrifícios que dedicaram a mim. Eles são e sempre serão meus mais importantes professores.

Agradeço a Mariana Trotta Dallalana Quintans e a José Roberto Franco Xavier, professores da Faculdade Nacional de Direito que admiro pela harmonia que buscam manter entre ensino, pesquisa e extensão. Como monitor deles, estive mais próximo das práticas de pesquisa que me inspiram e que não prescindem do contato com interlocutores, suas pautas e seus espaços. Ao prof. Xavier, meu orientador, agradeço especialmente pela confiança, paciência e boas expectativas que me reserva; espero um dia ser digno delas.

Agradeço meus amigos e minhas amigas que sempre me incentivam e percebem em mim qualidades que eu talvez nunca reconheça em mim mesmo. Seu apoio e amor, expressados com humor e disposição, sempre me reanimam ante os obstáculos. Seria agradabilíssimo citar a todos, mas, dada a limitação do espaço, presto homenagem às amizades através de alguns nomes. Por terem compartilhado comigo a experiência na disciplina de Métodos e Técnicas da Pesquisa Sócio-Jurídica, como monitoras ou estagiárias-docentes, Brigitte Martynes, Bruna Costa, Carolina Mendes Miller, Karine Lopes, Laura Soares, Maria Eduarda Rocha e Nathália Salotto. Pela amizade e por ser minha companheira de monitoria na disciplina de Sociologia Geral, a quem devo muito pelo companheirismo em um momento difícil, Thuane “Thux” Nascimento, através da qual expressei meu amor ao nosso grupo, “Manas que Foram aos Jogos Jurídicos”. Pelas impressões que me repassou acerca dessa pesquisa, e pela amizade, Lorraine Vicente, que representa meu queridíssimo grupo de amigos reunidos pela consciência negra.

Agradeço aos meus interlocutores, meus colegas de faculdade em sua maioria, por conversarem abertamente comigo sobre seus sentimentos e impressões em relação à faculdade e à pesquisa.

Agradeço à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), ao seu Programa de Monitoria e à minha amada Faculdade Nacional de Direito (FND) pelo investimento nesses anos de formação. Por último, mas não menos importante, meu sincero agradecimento à banca avaliadora.

RESUMO

Concepções teóricas sobre o direito afetam as considerações metodológicas acerca da pesquisa empírica em âmbito jurídico. Contudo, a substancialização de definições teórico-dogmáticas, ao limitar as discussões sobre o que estaria compreendido como direito, pode sobrepor a liberdade e a fluidez das possibilidades metodológicas. Com essa preocupação, a disciplina obrigatória de Métodos e Técnicas da Pesquisa Sócio-Jurídica, da Faculdade Nacional de Direito, requer que alunos e alunas realizem pesquisa empírica, permitindo que se agrupem livremente para escolha de uma temática a ser investigada. Nesse trabalho, apresentaremos as principais questões mobilizadas no processo de pesquisa realizado nessa disciplina com o propósito de compreender como os trabalhos elaborados pelos alunos compreendem a categoria “jurídico”. Através de observações, entrevistas e análise de documentos, será apresentado que o conjunto das temáticas conhecidas indica uma tendência ao pessimismo quanto ao direito, que é acessado através de uma ênfase dada ao poder judiciário e às leis estabelecidas.

Palavras-chave: ensino jurídico; etnografia jurídica; pesquisa empírica.

ABSTRACT

Theoretical conceptions on the legal object affects methodological considerations about empirical research in the legal scope. However, substantialization of theoretical-dogmatic definitions, by limiting the discussion on what might be included in the legal field, may override the freedom and fluidity of methodological possibilities. In this concern, the course on Socio-Legal Research Methods and Techniques of the National Faculty of Law requires students to undertake empirical research, allowing them to freely group together to choose a subject to be investigated. In this paper, we will present the main questions mobilized in the research process carried out in this course with the purpose of understanding how these researches comprehend the “legal” category. Through observations, interviews and analysis of documents, it will be emphasized that the set of known themes presents a tendency towards pessimism about the law, which is accessed through an emphasis given to the judiciary and the established laws

Keywords: legal education; legal ethnography; empirical research.

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	9
2 OBJETIVOS	11
2.1 OBJETIVO GERAL.....	11
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	11
3 METODOLOGIA	12
3.1 BUSCA PELOS TRABALHOS NOS ENDEREÇOS ELETRÔNICOS.....	13
3.2 BUSCA PELOS TÍTULOS, TEMAS OU PERGUNTAS DE PESQUISA NAS REDES SOCIAIS.....	13
3.3 BUSCA POR COLABORADORES NAS REDES SOCIAIS.....	14
3.4 ACERCA DOS TRABALHOS REUNIDOS PARA ANÁLISE	14
4 DA PROBLEMÁTICA ACERCA DAS ÊNFASES	17
4.1 DO NOME E DA EMENTA.....	17
4.2 DA GRADE CURRICULAR.....	19
4.3 RESOLVENDO A PROBLEMÁTICA DAS ÊNFASES NA PRÁTICA	22
5 TEMAS DE PESQUISA	25
5.1 GÊNERO E SEXUALIDADE	26
5.2 MERCADO DE TRABALHO	30
5.3 DIREITO À CIDADE	31
5.4 CRIANÇAS E ADOLESCENTES.....	32
5.5 NECESSIDADES ESPECIAIS.....	33
5.6 SAÚDE MENTAL	34
5.7 QUESTÕES DE ENSINO.....	34
5.8 DROGAS.....	35
5.9 QUESTÕES DE SAÚDE	35
5.10 VIOLÊNCIA URBANA	36
5.11 ACESSO À JUSTIÇA	36
5.12 QUESTÕES DE RAÇA E ETNIA.....	37
5.13 QUESTÕES DIGITAIS	37

5.14 QUESTÕES MIGRATÓRIAS	38
5.15 DIREITO DOS ANIMAIS	39
5.16 DIREITOS HUMANOS.....	39
5.17 QUESTÕES AGRÁRIAS	40
5.18 RELIGIOSIDADE	40
5.19 CATEGORIAS TEMÁTICAS COM APENAS UMA OU NENHUMA OCORRÊNCIA	40
5.19.1 Propriedade Intelectual.....	41
5.19.2 Terceira Idade.....	41
5.19.3 Justiça restaurativa.....	41
6 ETAPAS DA PESQUISA EMPÍRICA: ESTUDO CONCENTRADO DO ANO LETIVO DE 2019	42
6.1 APRESENTAÇÃO DO CURSO E ESCOLHA DOS TEMAS	42
6.2 PROBLEMA DE PESQUISA	45
6.3 REVISÃO DE LITERATURA	46
6.4 SEMINÁRIOS.....	49
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	52
8 REFERÊNCIAS	55

1 APRESENTAÇÃO

Métodos e Técnicas da Pesquisa Sócio-Jurídica (IUF 223) é uma disciplina obrigatória da grade curricular que entrou em vigor a partir do semestre letivo de 2014.1, na Faculdade Nacional de Direito, da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Programaticamente, ela substituiu as disciplinas obrigatórias de Metodologia do Direito I (IUF 131) e Metodologia do Direito II (IUF 141), essa sendo um dos requisitos para a disciplina de Monografia Jurídica I (IUW K11), constantes da grade curricular anterior que vigorava desde o semestre letivo de 1995.1.

Atualmente, sob a “grade nova”, como é referida a grade curricular de 2014.1, Métodos e Técnicas da Pesquisa Sócio-Jurídica, ou “Mét. Téc.” como é popularmente conhecida, não tem pré-requisitos tampouco é pré-requisito para qualquer outra disciplina, embora guarde especial afinidade com as disciplinas de Monografia Jurídica I, II e III da grade atual. Ademais, ela está alocada como disciplina obrigatória do segundo período curricular, tanto para os turnos integral e noturno, uma vez que há diferença na disposição das disciplinas por semestre para atender as contingências do noturno.

De acordo com o registro da disciplina no Sistema de Gestão Acadêmica (SIGA), a disciplina de Metodologia do Direito I (IUF 131) da grade antiga propunha o seguinte enfoque:

Método e organização do estudo na Universidade. Introdução ao pensamento jurídico. O raciocínio jurídico e a lógica jurídica. A lógica da demonstração (lógica formal, regras do raciocínio, silogismo, etc.) e a lógica da argumentação (o discurso dialético, retórica e dialética).

Ao seu turno, de acordo com o SIGA, a disciplina de Metodologia do Direito II (IUF 141) da grade antiga estava concentrada nos seguintes temas: “Introdução à teoria do conhecimento jurídico. Epistemologia e metodologia. As diversas concepções metodológicas na realização do direito”.

Com uma consulta às principais preocupações da disciplina de Métodos e Técnicas da Pesquisa Sócio-Jurídica (IUF 223) registradas no SIGA, nota-se que a grade nova não implicou apenas uma mudança de nomenclatura, mas de enfoque: “Senso comum e atitude científica. Epistemologia das Ciências Humanas e Sociais. A construção do objeto do conhecimento. Tipos de pesquisa: teórica, jurisprudencial, de campo. A pesquisa na universidade”.

Ainda que se tratem de apresentações muito genéricas, essas breves considerações permitem observar duas posturas principais da grade nova. Em primeiro lugar, enquanto a grade

antiga prioriza os métodos de demonstração da validade do direito conforme o âmbito jurídico, a grade nova promove uma ampliação do campo temático para que o direito seja perspectivado em relação às Ciências Humanas e Sociais, em geral. Em segundo lugar, com base no nome, há uma virada empírica com destaque para a prática da pesquisa, uma tendência de diminuir o enfoque dado à metodologia enquanto aumenta a concentração no método e na técnica.

Diante dessas mudanças, um elemento que permanece em evidência é a importância da pesquisa em direito. As grades curriculares expressam uma preocupação mais generalizada acerca dos tipos de metodologia, métodos e técnicas que devem ou podem ser aplicados ao âmbito jurídico, especialmente porque a definição de seu objeto, o direito, não é uniforme tampouco pacífica.

Portanto, buscou-se reunir dados e informações que permitam compreender como a categoria “jurídico” é preenchida por alunos e alunas de Direito no processo da pesquisa empírica que realizam na disciplina obrigatória de Métodos e Técnicas da Pesquisa Sócio-Jurídica.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Compreender como a categoria “jurídico” é preenchida por alunos e alunas de Direito no processo da pesquisa empírica que realizam na disciplina obrigatória de Métodos e Técnicas da Pesquisa Sócio-Jurídica.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- i. Apresentar uma análise acerca das sugestões programáticas que a nomenclatura da disciplina oferece;
- ii. mapear os temas de pesquisa mobilizados ao longo dos semestres letivos;
- iii. apresentar as etapas da pesquisa empírica conforme a preparação oferecida pela disciplina de Métodos e Técnicas da Pesquisa Sócio-Jurídica, acompanhadas das principais questões levantadas pelos alunos e alunas.

3 METODOLOGIA

Monitores e monitoras, bolsistas ou voluntários, assumem o compromisso de apresentar um relatório de monitoria ao final do semestre letivo. Nesse relatório, monitores e professores-tutores conceituam suas respectivas experiências, além da possibilidade de realizar comentários gerais sobre a disciplina, seus pontos positivos, negativos e sugestões em favor de seu proveitoso andamento.

Assim, esse trabalho deve ser preferencialmente encarado como um relatório expandido de monitoria em que a experiência prática compõe o objeto de estudo ao mesmo tempo que cria possibilidades de observação e entrevistas a partir das quais os dados e informações são reunidos para análise, uma vez que a experiência de monitoria nos coloca em contato direto com professores, alunos, monitores e os processos da disciplina como, por exemplo, (i) discussões acerca da ementa e suas renovações periódicas, (ii) correção e atribuição de conceitos, (iii) comunicação entre alunos e o professor, (iv) saneamento de dúvidas quanto ao conteúdo e às formas exigidas pelos trabalhos, (v) presença nas aulas regulares e (vi) aulas de monitoria.

Desse modo, trata-se aqui de uma pesquisa predominantemente qualitativa de caráter descritivo, que tem

[...] como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática (GIL, 2002, p. 42).

As principais referências para essa pesquisa são os trabalhos produzidos na disciplina obrigatória de Métodos e Técnicas da Pesquisa Sócio-Jurídica, que está estruturada em torno de três momentos principais, quais sejam, (1) entrega do material físico e virtual referente à revisão de literatura realizada individualmente por cada aluno e aluna acerca do tema previamente decidido com seu respectivo grupo de pesquisa; (2) entrega do material físico e virtual referente ao trabalho final, sob forma de artigo, realizado em grupo; (3) apresentação dos resultados da pesquisa, sob forma de seminários comentados.

Dado que parte considerável do material produzido está disponível, conformou-se uma base de dados propícia à análise comparativa, especialmente quanto às mudanças temáticas ao longo dos anos, a fim de compreender o preenchimento da categoria “jurídico”.

As atividades do prof. Xavier se iniciaram no semestre de 2014.2, que servirá de marco inicial. Já o termo final desse recorte temporal coincide com o prazo limite para apresentação dessa pesquisa, em 2019.2.

Destaca-se, ainda, que esse estudo se baseia apenas nos trabalhos finais, excluindo da análise as revisões de literatura individuais que dão origem à revisão de literatura do trabalho final. A prospecção desses documentos seguiu algumas etapas, que serão apresentadas a seguir.

3.1 BUSCA PELOS TRABALHOS NOS ENDEREÇOS ELETRÔNICOS

Considerando, conforme regra estabelecida no programa de curso da disciplina desde 2014.2, que todos os trabalhos e respectivas fontes devem ser enviados tempestivamente para o endereço eletrônico da disciplina, consultou-se o professor, ex-monitores e ex-monitoras para que pudessem prestar alguma informação sobre os *e-mails*.

Todavia, muitos acessos foram perdidos em razão (i) da política de uso de alguns servidores, (ii) do decurso de tempo, (iii) da comunicação entre as gerações de monitores, que provocou o uso de pelo menos um endereço eletrônico diferente por ano letivo, (iv) do avanço das ferramentas oferecidas pelas plataformas *online*.

Desse processo, todos os trabalhos disponíveis foram reunidos. Ressalta-se que alguns trabalhos não foram enviados como anexos, mas disponibilizados através de *links* para outras plataformas e que davam acesso ao *download* desses arquivos. Todavia, esses *links* expiraram, deles restando apenas indicativos do tema e/ou do título.

3.2 BUSCA PELOS TÍTULOS, TEMAS OU PERGUNTAS DE PESQUISA NAS REDES SOCIAIS

Depois dessa busca pelos trabalhos nas mensagens e anexos dos endereços eletrônicos, realizou-se uma busca pelos temas e/ou perguntas de pesquisa e/ou títulos nos grupos dedicados à disciplina, no Facebook. Objetivou-se conhecer, pelo menos, o interesse dos grupos, e ter uma noção sobre quantos trabalhos estariam faltando, caso algum não tivesse sido encontrado nos endereços eletrônicos, todavia constasse da lista geral de grupos/temas.

Destaca-se que cada semestre letivo (onze ao todo) tem seu próprio grupo, observando-se que a turma de 2014.2 não tinha um grupo dedicado, utilizando-se de apenas um grupo para repassar quaisquer informações relacionadas à faculdade, incluindo avisos, atividades e arquivos relacionados às disciplinas em geral.

Nenhum trabalho foi compartilhado em nenhum dos grupos em quaisquer dos semestres, o que já era esperado, pois seria inconveniente para a organização dos grupos, além de não ser uma exigência da disciplina. Todavia, foi possível conhecer a listagem de grupos/temas/perguntas/títulos através das relações gerais publicadas por monitores e/ou organização interna dos alunos, que informavam seus grupos e respectivos temas nos comentários das publicações principais.

Contudo, essa atividade nos permite conhecer apenas um indicativo dos interesses, pois os registros encontrados refletem os momentos iniciais do processo de pesquisa e não há nenhum documento que informe os temas consolidados.

3.3 BUSCA POR COLABORADORES NAS REDES SOCIAIS

Além desses esforços de busca, criou-se um formulário a ser preenchido por ex-alunos e ex-alunas desse professor, nessa disciplina, a fim de explorar ao máximo as chances de recuperar trabalhos até então não acessíveis.

Esse formulário foi compartilhado como mensagem no Facebook por mim e pelo professor. Ademais, o formulário também foi divulgado no principal grupo da faculdade, dessa mesma rede social, de grande circulação, com mais de onze mil membros.

Apesar da considerável colaboração, boa parte dos trabalhos mapeados através do formulário já haviam sido reunidos através dos procedimentos listados anteriormente. Além desse formulário, o professor da disciplina compartilhou mensagem reforçando o pedido de colaboração de ex-alunos e ex-monitores. O resultado foi o mesmo surtido pelo formulário com a exceção de que deu acesso a pouquíssimos trabalhos do semestre de 2014.2, resultado importante já que nenhum havia sido localizado.

3.4 ACERCA DOS TRABALHOS REUNIDOS PARA ANÁLISE

Da esquerda para a direita, a tabela 1.1 apresenta (1) os semestres, (2) o número de turmas, dessa disciplina, sob responsabilidade do professor a cada semestre, (3) o número geral de temas conhecidos em razão da disponibilidade dos trabalhos, dos temas, das perguntas de pesquisa e/ou dos títulos.

Na coluna ao lado, (4) constam as “dúvidas conexas”, ou seja, número de temas que foram listados como possibilidades de pesquisa, mas cujo registro da decisão não foi encontrado, sendo certo que pelo menos um tema foi escolhido para o trabalho final.

A seguir, (5) uma coluna dedicada ao número de grupos que até a ocasião do registro não realizaram qualquer indicativo de tema e, finalmente, (6) os trabalhos integralmente disponíveis.

Tabela 1.1 – Relação geral dos trabalhos reunidos

SEMESTRE	TURMAS	TEMAS	DÚVIDA	DESCONHECIDO	DISPONÍVEIS
2014.2	2	4	0	0	4
2015.1	4	29	7	1	2
2015.2	3	28	5	3	2
2016.1	4	30	0	0	26
2016.2	2	11	0	0	11
2017.1	2	17	0	4	0
2017.2	2	12	0	0	12
2018.1	2	19	0	0	19
2018.2	2	7	0	0	7
2019.1	2	17	0	0	17
2019.2	1	10	0	0	10

Fonte: autor.

Com base nos dados organizados na tabela 1.1, reconhece-se a existência de pelo menos 180 grupos de pesquisa, ao longo de 5 anos e 6 meses letivos. Desse conjunto, não há qualquer informação sobre os temas de apenas 8 grupos. Dos 176 temas conhecidos, 66 estão indisponíveis.

Dentre os trabalhos indisponíveis, condição que impede sanear dúvidas acerca de seu respectivo objetivo de análise a partir de material acessível, há 5 trabalhos cujos títulos ou indicativos de tema são muito genéricos e não serão tratados nesse trabalho. São eles: “Acesso à Justiça”, “Direito Penal Militar”, “Direito Social dos Garis”, “Financiamento de Campanha”, e “Penas Alternativas”.

Dos trabalhos disponíveis, poucos deixaram de apresentar título ou um título intuitivo. Nesse caso, os temas puderam ser reconhecidos através do conteúdo do artigo. Ademais, todos os temas conhecidos foram considerados na formulação das grandes categorias temáticas, dispostas na seção 5 desse trabalho, sob as quais estão classificados os trabalhos disponíveis.

Em síntese, (1) as grandes categorias temáticas foram formuladas a partir de todos os temas conhecidos; (2) apenas os trabalhos disponíveis foram classificados sob essas categorias; (3) nenhum trabalho conhecido, não disponível e cujo título ou indicativo de tema genérico foi

considerado para a formulação dessas categorias temáticas tampouco foram classificados sob elas.

4 DA PROBLEMÁTICA ACERCA DAS ÊNFASES

Nessa seção, apresenta-se o que chamamos de “problemática das ênfases”, um elemento do processo de tomada de decisão sobre o conteúdo programático de uma disciplina e sua administração. No item 4.1, iniciaremos com uma análise do nome e da ementa da disciplina, destacando as principais incidências da problemática das ênfases. Após, no item 4.2, observaremos as dinâmicas dessa problemática em relação à grade curricular do curso de direito.

Ao final da seção, no item 4.3, defenderemos que as ênfases são resolvidas na prática, a partir do programa de curso, apresentando como o Professor Doutor José Roberto Franco Xavier, doravante prof. Xavier, atende à problemática.

Nosso marco teórico resulta da articulação de três autores principais: (1) Demo (1995) quanto à ampla discussão acerca da metodologia nas Ciências Sociais; (2) Rancière (2004), por tratar das questões envolvidas no processo de ensino e aprendizagem; e (3) Xavier (2015), que trata das questões de pesquisa empírica no campo jurídico.

Além dessas contribuições, consideramos o debate acerca do Art. 207 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, [1988]2019) que, além de afirmar a autonomia “didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial” das universidades, apresenta o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Apesar do debate difuso que busca categorizar esses “três pilares” das universidades, é certo que na vida cotidiana eles são apreendidos diferentemente pelos atores sociais. Assim, apresentaremos de maneira geral as impressões sobre ensino, pesquisa e extensão na Faculdade Nacional de Direito e sugeriremos como a disciplina de Métodos e Técnicas da Pesquisa Sócio-Jurídica se relaciona com essa estrutura principiológica.

4.1 DO NOME E DA EMENTA

O nome da disciplina sob análise é sugestivo em pelo menos dois aspectos. Em primeiro lugar, parece haver uma priorização da experiência prática de pesquisa em relação às discussões predominantemente teóricas. Pode-se inferir essa constatação pela presença dos termos “métodos” (regras básicas) e “técnicas” (maneira de agir) e pela ausência do termo “metodologia”, que não se confunde com os demais.

Demo (1995, p. 11), já em sua introdução, cuida de apresentar uma definição etimológica do termo metodologia como sendo o “estudo dos caminhos, dos instrumentos usados para se fazer ciência”. Para ele:

É uma disciplina instrumental a serviço da pesquisa. Ao mesmo tempo que visa conhecer caminhos do processo científico, também problematiza criticamente, no sentido de indagar os limites da ciência, seja com referência à capacidade de conhecer, seja com referência à capacidade de intervir na realidade (*ibidem*).

Métodos e técnicas, para esse autor, têm uma preocupação predominantemente empírica enquanto a metodologia apresenta um “caráter problematizante” (*ibidem*), além da “repulsa em aceitar que a realidade social se reduza à face empírica” (*ibidem*, p. 12). Apesar da diferenciação, Demo indica o lugar ocupado por métodos e técnicas, argumentando contra uma hierarquização entre a preocupação teórica da metodologia e a abordagem prática de métodos e técnicas:

Não se trata de rebaixar Métodos e Técnicas a atividade secundária. Para o trato da face empírica são essenciais. Metodologia adquire o nível de típica discussão teórica, inquirindo criticamente sobre as maneiras de se fazer ciência. Sendo algo instrumental, dos meios, não tem propriamente utilidade prática direta, mas é fundamental para a "utilidade" da produção científica. A falta de preocupação metodológica leva à mediocridade fatal (*ibidem*).

Podemos tentar rebater nossa constatação inicial, de que a disciplina em análise prioriza os aspectos práticos da produção científica, sob o argumento de que os formuladores da disciplina não consideraram haver uma diferença entre método e metodologia; ou podem ter concluído que a abordagem de um não prescinde do outro.

A ementa atual da disciplina, registrada no Sistema de Gestão Acadêmica (SIGA), não pacifica a discussão. Um breve texto informa seu conteúdo topicamente, na forma de palavras-chave: “Senso comum e atitude científica. Epistemologia das Ciências Humanas e Sociais. A construção do objeto do conhecimento. Tipos de pesquisa: teórica, jurisprudencial, de campo. A pesquisa na universidade.”.

Observa-se que o nome da disciplina tende à valorização da prática da produção científica enquanto a ementa propõe uma discussão aparentemente mais teórica. Considerando que (1) não há uma apresentação mais direcionada acerca do tratamento a ser dispensado pela disciplina e (2) que o tempo curricular é insuficiente para que o conteúdo programático cubra suficientemente os aspectos teóricos e práticos, resta o impasse. É justamente nesse ponto que

a problemática das ênfases incide: prática ou teoria, tratar a prática teoricamente ou a teoria praticamente, nome ou ementa da disciplina?

Além das possibilidades geradas pelos termos “métodos” e “técnicas” no nome da disciplina, temos a presença ostentativa da expressão “sócio-jurídica” que qualifica o tipo de abordagem suportado pela disciplina, afastando-se sutilmente das concepções clássicas do positivismo jurídico ao incluir o prefixo “sócio”.

Embora não resolva, e nem se proponha a resolver, questões não pacificadas sobre o que é direito e sobre qual seria o objeto do jurídico, nossa disciplina se posiciona no sentido de que não admite apenas a pesquisa exclusivamente legislativa, doutrinária e jurisprudencial quanto à norma positivada.

Novamente, depara-se com a problemática das ênfases, nesse caso, acerca da questão das abordagens aplicadas ao fenômeno jurídico. A ementa se limita a listar alguns tipos de pesquisa (teórica, jurisprudencial, de campo). Já o nome da disciplina oferece apenas um indicativo de reconhecimento do fenômeno jurídico para além das leis, decisões judiciais em sentido estrito e suas respectivas interpretações dogmáticas e doutrinárias. Assim, que aporte teórico-metodológico, importante para a definição do objetivo de estudo do campo jurídico, poderia dar bases à disciplina?

4.2 DA GRADE CURRICULAR

Na subseção anterior, indicou-se as possibilidades de ênfases que podem ser dadas pela disciplina sob análise. A partir desse momento, deixaremos de lado as questões decorrentes do nome e da ementa da disciplina e tomaremos para análise a grade curricular do curso de direito.

É muito pertinente observar que a grade curricular obrigatória se estrutura a partir de um sistema de créditos conferidos a cada atividade elencada pela sistemática universitária. O mínimo e o máximo de créditos que uma atividade pode oferecer está intrinsecamente atrelado à carga horária, de modo que a grade curricular é, dentre outras coisas, uma forma de administrar o tempo e o espaço.

As atividades, em geral, refletem uma discussão teórica mais ampla acerca dos objetivos da universidade, sua estruturação e função social. Todos esses elementos são cortejados pelos recursos materiais e de tempo, disputados politicamente em vários níveis de formalidade e informalidade, além das expectativas gerais sobre o ensino superior.

Como se pode notar facilmente, trata-se de uma discussão complexa que pode seguir nas direções as mais diversas como, por exemplo, estrutura departamental das universidades,

possibilidade ou não de terceirização de atividades que implicam no funcionamento das instituições de ensino superior, disputa política de narrativas acerca do que é e do que deve ser a universidade, orçamento e tantos outros.

Entretanto, nosso propósito é situar a disciplina que estamos analisando quanto às questões da pesquisa científica e que fundamentos podemos mobilizar a partir dessa macroestrutura universitária. Encontramos em Demo (1995, p. 11) que “a atividade da pesquisa é reconhecida como a razão fundante da vida acadêmica, de tal sorte que a função docente dela decorreria, e mesmo a influência sobre a realidade circundante a suporia”.

Essa passagem nos é cara, pois representa a percepção geral, no meio acadêmico, dos três pilares da universidade – ensino, pesquisa e extensão – amparados pelo princípio da indissociabilidade entre esses elementos, trazido pelo Art. 207 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, [1988]2019).

Demo (*ibidem*) ressalta um consenso no meio universitário de que a pesquisa está à base dos processos de ensino e aprendizagem e que seus resultados têm impacto social, são ou deveriam ser de interesse geral, para além da academia. É o que chamam de “devolver para a sociedade”, pelo menos no caso das instituições públicas de ensino, um conhecimento pertinente.

Esses pilares geram muitos debates, com a evocação de termos como “eficiência”, “efetividade”, “eficácia”, “doutrinação”. Indicativos de preocupações e embates políticos acerca daquilo que fazem ou deveriam fazer as universidades.

Na Faculdade Nacional de Direito, esses pilares são diretamente associados com atividades curriculares responsivas ao princípio acadêmico e constitucional apresentado. O (1) ensino é representado como a estrutura clássica de aulas expositivas, a (2) pesquisa é personificada pelos “grupos de pesquisa”, e a extensão é corporificada pelos (3) “projetos de extensão” e pelos “cursos de extensão” que comumente misturam aulas expositivas, palestras e debates.

Embora nenhuma dessas atividades exista “puramente” na realidade, ou seja, há imanência de uma em relação à outra, nota-se que, na Faculdade Nacional de Direito, os termos que as designam são literais enquanto referências aos três pilares universitários. Justamente por serem tipos ideais à moda weberiana (WEBER, 1998, p. 466) e não existirem “puramente”, é necessário apresentar as principais problemáticas de cada uma antes de situar o curso de Métodos e Técnicas da Pesquisa Sócio-Jurídica em relação a elas.

Quanto ao ensino, suas questões estão em função da carga disciplinar obrigatória. De acordo com algumas consultas realizadas pelo Centro Acadêmico Cândido de Oliveira nos

últimos anos, das quais participei pessoalmente, os alunos e alunas tendem a pertinência de algumas disciplinas em detrimento de outras. Essa discussão promete ganhar mais corpo em razão da exigência¹, por parte do Ministério da Educação (MEC), de que disciplinas sobre conciliação, mediação e arbitragem se tornem obrigatórias – o que certamente implicará em debates acerca do rearranjo curricular, que deve ser feito no prazo de dois anos a partir de 2019.

Ao seu turno, os “cursos de extensão” são a expressão da atividade obrigatória de extensão, de modo que grande parte dos discentes só os frequenta por imposição curricular. O debate situado mais qualificado discute alguns elementos principais: (1) a oferta dos cursos, considerada escassa uma vez que comportaria menos alunos do que exige; (2) a temática dos cursos, dita limitada porque ofertada por docentes específicos e recorrentes, sem que haja interesse por parte dos professores de outras áreas; (3) a estrutura em forma de “curso”, uma vez que tendem à reprodução das aulas expositivas; (4) a composição dos cursos cuja maioria é de discentes da própria faculdade, que pode ser um reflexo da obrigatoriedade da atividade; os argumentos mais críticos defendem que um curso de extensão assim composto ofende a noção basilar de extensão, pois não “devolve” conhecimento à sociedade; (5) as atividades dos cursos, geralmente oportunizadas no espaço da própria da faculdade; os argumentos mais críticos defendem que algumas atividades de extensão sejam realizadas nos extramuros da universidade.

As críticas aos “cursos de extensão” são genéricas, de modo que exceções sejam reconhecidas, como o Curso de Extensão Jurista Luiz Gama, o primeiro voltado às questões raciais e que mobiliza um significativo público de fora da universidade e até mesmo não relacionado a ela, assim como o Curso de Extensão Promotoras Legais Populares, dedicado à pauta das mulheres.

Ainda, os “projetos de extensão” escapam às principais críticas aos “projetos de extensão”, especialmente porque realizam atividades “fora da universidade”. Alguns exemplos são o Empreendedorismo Social, Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Popular Luiza Mahin (NAJUP), Núcleo de Mediação e Conciliação (NUMEC) e Mulheres Encarceradas.

Desse conjunto geral, os grupos de pesquisa são os únicos cuja participação não é obrigatória. Assim como acontece em relação aos cursos de extensão, discute-se que a oferta é limitada, especialmente no aspecto temático.

A pesquisa universitária não obrigatória – embora conceda horas complementares, uma exigência curricular – e é bastante fragilizada, pois disputa com outras atividades consideradas

¹ Resolução CNE/CES n. 5/2018; Parecer nº 635/2018; Portaria nº 1.351/2018 do Ministério da Educação (MEC).

mais prestigiadas como os estágios que (1) oferecem uma bolsa-auxílio e afins e/ou (2) capital intelectual que favorece na seleção futura para postos de estágio mais disputados.

A atividade de pesquisa, assim como as pesquisas em si, sofre com uma crise de identidade, porque sua “serventia” é questionada. Às vezes, mesmo aqueles que estão interessados em pesquisar desconhecem que esse percurso pode favorecer a análise curricular em concursos para pós-graduação na área acadêmica, por exemplo. É como se a atividade de pesquisa não fosse tida como preparação para uma carreira possível, assim como os estágios em prática jurídica.

Considerando que a grade curricular é uma forma de administração do tempo e do espaço, sabe-se, pelo menos em relação à Faculdade Nacional de Direito, que parte dessas questões estão relacionadas à capacidade física das salas para reuniões periódicas e aquisição de material, disponibilidade e disposição de professores e alunos, além da desvalorização sistemática das atividades acadêmicas, em especial de pesquisa, com a incerteza de bolsas-auxílios que já são limitadas e pouco competitivas em relação ao mercado de estágios.

Ante essas questões de valorização e desvalorização, tanto em relação aos recursos quanto aos interesses em extensão e pesquisa, que se apresenta novamente a problemática das ênfases. Nota-se, pelo menos no discurso corrente, que há uma prioridade sistemática ao modelo de aulas expositivas em detrimento dos demais pilares da universidade, que são indissociáveis por consenso acadêmico e por princípio constitucional, não ocupando, em tese, papéis menos importantes na estrutura universitária.

Assim, observado que o curso sob análise é uma disciplina obrigatória em afinidade com as pretensões de pesquisa acadêmica, questiona-se que ênfase pode ser dada: aulas expositivas, como é praxe no conjunto que representa o ensino, ou promoção da experiência típica de atividades de pesquisa realizadas nos grupos afins?

4.3 RESOLVENDO A PROBLEMÁTICA DAS ÊNFASES NA PRÁTICA

Nas subseções anteriores, apresentamos a problemática das ênfases relacionada ao curso de Métodos e Técnicas da Pesquisa Sócio-Jurídica e que preocupações podem ser mobilizadas quanto à sua administração. Tendo apontado que há muitas possibilidades para a condução desse curso, passaremos a analisar como, e a partir de que bases, o prof. Xavier resolve a problemática das ênfases na prática. Para tanto, abordaremos desde as sugestões provocadas pelo nome e ementa da disciplina até a situação da disciplina na grade curricular.

A disciplina de Métodos e Técnicas da Pesquisa Sócio-Jurídica, sob orientação do prof. Xavier, dá-se por uma concepção de investigação na área do Direito amparada por sensibilidades sociais e sociológicas no sentido de que não se limita à norma positivada ou a um sistema de referências encerrado nas doutrinas e jurisprudências. Diferentemente, a disciplina estimula a compreensão do Direito a partir da etnografia, entrevistas, registros imagéticos, documentais — em suma, métodos caros à antropologia.

A expressão dessa concepção de investigação se dá através do programa ou ementa do curso, objeto de estudo da sociologia do currículo (GIROUX, SIMON, 1988; YOUNG, 2014; GALIAN, LOUZANO, 2014) que discute, dentre outras coisas, o tipo de conhecimento privilegiado pelos currículos e, conseqüentemente, no espaço da escola. A discussão acerca do currículo escolar está dedicada simultaneamente à crítica ao senso comum, à importância de inclusão dos saberes populares e ao saber escolar, que marca a necessidade de problematizar o senso comum como condição para o conhecimento científico (LOPES, 1993) – também perpassado pelo senso comum.

Se transpusermos essas preocupações para a universidade, mais especificamente para a proposta curricular da disciplina que estamos analisando, observaremos que (1) o senso comum é problematizado ante a tendência inicial que os alunos e alunas apresentam de propor investigações que são, na realidade, argumentações genéricas para confirmar pontos de vistas opinativos; (2) os saberes populares são valorizados em dois sentidos principais, quais sejam, o registro e análise das percepções dos interlocutores em geral e a livre condução temática da pesquisa que revela como os alunos e alunas, com base nos saberes adquiridos na experiência cotidiana, compreendem o fenômeno jurídico; e (3) o saber escolar busca incentivar um tratamento metodologicamente orientado dos dados e informações reunidos a partir da experiência cotidiana marcada pelo senso comum. Nesse sentido, as próprias escolhas temáticas são indicativas de como o senso comum atravessa as expectativas sobre o fenômeno jurídico, pois, como será demonstrado, por exemplo, o direito figura tendencialmente como legitimador ou solução precária para desigualdades sociais.

A proposta curricular da disciplina parte da noção de que diferentes concepções teóricas acerca do fenômeno jurídico geram efeitos na discussão metodológica sobre as possibilidades de pesquisa nessa área (XAVIER, 2015), todavia devem ser preferencialmente rejeitadas quaisquer “[...] proposições que, ao substancializar o conceito de “ciência do direito”, rejeitam qualquer possibilidade de concebê-la de outra forma (*ibidem*, p. 29).

Essa preocupação metodológica se traduz na condução da disciplina ao permitir que as pesquisas empíricas em direito não estejam fixadas por nenhuma concepção teórica específica,

permitindo que a livre escolha temática, inclusive, manifeste a tendência de apreensão do direito por parte dos alunos.

A disciplina analisada pode ser responsiva tanto às exigências curriculares formais quanto às exigências sociais que decorrem da desvalorização sistemática da pesquisa acadêmica. Por exigências sociais nos referimos aos principais obstáculos que impedem o engajamento com atividades de pesquisa acadêmica: (1) interesse temático, (2) disponibilidade e (3) necessidades financeiras.

Assim, ao instar pela realização de pesquisas, configura-se uma disciplina obrigatória – geralmente associada ao modelo de aula expositiva – que funciona mais ou menos como um grupo de pesquisa multitemático que se desenvolve no horário curricular regular.

Além dessas disposições, a disciplina funciona como um experimento social ao permitir que o enquadramento metodológico previamente estabelecido seja preenchido livremente de acordo com o interesse dos grupos. Esse exercício resulta no preenchimento da categoria “jurídico” a partir da experiência dos pesquisadores e pesquisadoras, de modo que os trabalhos são um indicativo das concepções acerca do objeto do direito.

Conforme crítica de Rancière (2010), o problema pedagógico tradicional se define por uma postura marcada pelo descompasso em que o professor, suposto detentor de um saber formal e mais avançado, buscaria reduzir as diferenças em prol de uma futura igualdade pautada numa disseminação reprodutivista do saber. Rancière recupera a noção de emancipação individual e intelectual no sentido de que os alunos podem, com autonomia, aprender quaisquer coisas e relacionar esses saberes aprendidos.

As dinâmicas da disciplina obrigatória de Métodos e Técnicas da Pesquisa Sócio-Jurídica encontra orientação nesses postulados, pois além da possibilidade de livre associação de saberes, tensiona a posição tradicional creditada ao professor enquanto figura detentora de um saber absoluto e inquestionável.

Posicionando-se como articulador ou orientador, essa postura pedagógica está preocupada em transmitir as principais preocupações metodológicas ao mesmo tempo que as percebe preenchida criativamente pelos pesquisadores e pesquisadoras. Assim, professor, estagiários-docentes e monitores operam mais como colaboradores dos alunos e alunas, e vice-versa, do que como detentores de um saber uniforme a ser reproduzido.

5 TEMAS DE PESQUISA

Nessa seção, analisamos os temas dos trabalhos produzidos na disciplina de Métodos e Técnicas da Pesquisa Sócio-Jurídica, do semestre letivo de 2014.2 ao semestre letivo de 2019.2. Ao todo, são 11 semestres, 5 anos e 6 meses letivos. Esses trabalhos foram organizados sob 20 categorias temáticas, conforme a tabela 4.1.

Tabela 4.1 – Categorias temáticas e suas recorrências

CATEGORIA	CONHECIDOS	DISPONÍVEIS
Acesso à Justiça	5	4
Atividade de Pesquisa	1	0
Crianças e Adolescentes	10	4
Direito à Cidade	15	8
Direito dos Animais	3	3
Direitos Humanos	4	2
Drogas	6	3
Execução de Alimentos	1	0
Gênero e Sexualidade	47	30
Justiça Restaurativa	1	1
Mercado de Trabalho	13	9
Necessidades Especiais	12	11
Propriedade Intelectual	1	1
Questões Agrárias	3	3
Questões de Consumo	1	0
Questões de Ensino	8	3
Questões de Raça e Etnia	5	5
Questões de Saúde	6	4
Questões Digitais	5	1
Questões Migratórias	4	4
Questões Previdenciárias	1	0
Religiosidade	3	1
Saúde Mental	9	7
Terceira Idade	1	1
Violência Urbana	6	5

Fonte: autor.

Tais categorias temáticas resultam de um exercício taxonômico que pode e deve ser revisado com o fito de melhor compreender a tendência das preocupações delineadas pelas

pesquisas ao longo desse curso. Elas foram formadas a partir da recorrência dos temas, sendo possível que um trabalho possa pertencer a mais de uma categoria.

Por exemplo, o conjunto de pesquisas que versa sobre jovens infratores e medidas socioeducativas pode ser organizado sob pelo menos três categorias, quais sejam, crianças e adolescentes, questões de ensino e violência urbana. O mesmo é válido para trabalhos sobre adoção por casais homoafetivos, que relaciona questões de gênero e sexualidade com elementos afins de crianças e adolescentes.

Contudo, a atividade taxonômica aplicada não enfoca essas sobreposições certamente relevantes. Preocupa-se mais em apresentar grupos principais, não os subgrupos derivados das sobreposições, nomeados para que reflitam questões multidisciplinares que não são de interesse exclusivo do âmbito jurídico. Assim, em vez de pesquisas mais afins do “Direito Civil”, por exemplo, destaca-se aspectos gerais consolidados ao longo da experiência de pesquisa ao longo da disciplina sem haja necessidade de evidente vinculação a uma seção dogmática específica.

Há, portanto, 171 trabalhos conhecidos dos quais 110 (62,5%) estão disponíveis. Ressalta-se que a categoria “Atividade de Pesquisa”, “Execução de Alimentos”, “Questões de Consumo” e “Questões Previdenciárias” não contemplam trabalhos disponíveis. A primeira, “Atividade de Pesquisa”, apresenta um tema cujo título é desconhecido, todavia um de seus autores informou que a pesquisa tratou das dificuldades de pesquisa no âmbito da Faculdade Nacional de Direito e que seus principais entrevistados foram os professores dessa faculdade.

A seguir, apresentaremos as temáticas classificadas sob cada uma dessas categorias. As categorias que abrangem apenas um trabalho, ou nenhum, não têm um subitem próprio, tendo sido reunidos em uma subseção única. As categorias estão dispostas do maior para o menor número de ocorrências. As categorias que apresentam o mesmo número de ocorrência foram dispostas em ordem alfabética.

5.1 GÊNERO E SEXUALIDADE

Os trabalhos sob a categoria de gênero e sexualidade representam o tema mais recorrente ao longo dos semestres. São 44 trabalhos conhecidos e 27 disponíveis com ampla cobertura temática.

A condição da mulher se apresenta como principal preocupação desses trabalhos que abordam diretamente questões acerca do reconhecimento e ampliação de direitos e, caso reconhecidos, as dificuldades enfrentadas no processo de efetivação.

Desses trabalhos, pelo menos 9 estão relacionados à Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340 de 2006) dos quais 3 (2014.2, 2015.1, 2016.2) tiveram como objeto principal as relações estabelecidas no atendimento à mulher vítima de violência doméstica, nas delegacias especiais de atendimento às mulheres, e outros 4 (ambos de 2018.1) realizaram pesquisa tendo como referência principal o atendimento realizado pela Defensoria Pública. Um desses trabalhos, analisou a percepção da mulher em relação ao agressor no âmbito da violência intrafamiliar (2018.1).

Quanto aos direitos reprodutivos das mulheres, as pesquisas apresentam uma cobertura ampla, com pelo menos 9 trabalhos. Discutiu-se a inseminação artificial e a barriga de aluguel sob a perspectiva de gênero (2015.1), a descriminação do aborto (2015.2), as dinâmicas sociais e políticas que culminaram no reconhecimento da legalidade do abortamento de fetos anencefálicos (2016.1) e o perfil específico – mulheres negras e pobres – mais atingido pela criminalização do aborto (2018.1).

Ainda, em relação ao aborto, alguns trabalhos se dedicaram às questões éticas ao analisar os problemas da relação médico-paciente sob uma perspectiva bioética (2017.2) e o conflito entre garantias concedidas pelo ordenamento jurídico ante a objeção de consciência por parte dos profissionais habilitados à realização do abortamento legal (2018.2).

No tocante aos direitos reprodutivos, não se discutiu apenas as questões acerca do abortamento, mas também o exercício da maternidade. Pelo menos dois trabalhos se dedicaram à maternidade no cárcere, um enfocando as implicações psicossociais dessa condição (2016.1) e outro perspectivando-a em relação aos direitos fundamentais. Além desses, dois trabalhos cuidaram de pesquisar sobre violência obstétrica, um com enfoque na definição dada pela literatura e a percepção das mulheres sobre ela (2017.2) e outro tratou de entrevistar mães e um médico (2018.1) para compreender suas percepções. A maternidade também é evocada em um estudo sobre a relação das mães ante o desaparecimento de crianças e adolescentes, geralmente seus filhos (2019.1).

A categoria de gênero e sexualidade também abrange os direitos sexuais das mulheres, com uma tendência à discussão sobre a prostituição. Há pelo menos um trabalho interessado na estigmatização da prostituição feminina (2015.1) e dois dedicados à discussão acerca da regularização dessa profissão, um com ênfase para a perspectiva dos movimentos feministas (2015.2) e outro preocupado com os impactos sociais de uma possível regularização (2016.1).

Na mesma categoria, encontram-se questões de assédio em razão do gênero que incluem um trabalho sobre o machismo à base do assédio sexual contra mulheres no ambiente de trabalho (2015.2) e outro sobre o vagão feminino no metrô carioca no Rio de Janeiro (2016.1),

na forma Decreto 46.072 de 2017. Nesse tocante, dos comportamentos ofensivos contra mulheres em razão de sê-las no ambiente de trabalho, uma pesquisa se dedica a compreender a percepção das mulheres atuantes na magistratura acerca da discriminação de gênero (2018.2) e a sobreposição de marcas discriminatórias que afetam mulheres com deficiência visual no ambiente de trabalho (2019.1). No mesmo sentido, com ênfase para o mercado de trabalho, há uma pesquisa sobre as dificuldades enfrentadas pelas mulheres para se manterem no trabalho (2016.1), considerando as mudanças graduais no cenário ideológico-cultural e a conquista, por parte das mulheres, de cargos ou posições historicamente reservados para os homens. Ainda, um trabalho se dedica ao empreendedorismo feminino (2019.2), em um momento de crise na geração de emprego.

Além dos trabalhos sobre direitos reprodutivos e as implicações do cárcere, há apenas um trabalho indisponível e genérico sobre as mulheres e o sistema prisional (2015.2). Ainda, há um trabalho também indisponível e genérico sobre a relevância do feminismo no século XXI, propondo-se a mapear as formas de violência contra a mulher (2015.2).

Pode-se notar que o conjunto de temas apresentados estão marcados pela cisgeneridade, ou seja, as principais interlocutoras são mulheres que se identificam em todos os aspectos, conforme as expectativas sociais dominantes, com seu sexo biológico.

Bulter (2017), preocupada com as formas de vida que estão excluídas do enquadramento do que pode ser considerada uma vida legítima, aponta para as formas de existência que estão à margem desse enquadramento ou completamente excluídas por ele. Essas formas de não-vida, passíveis de serem atacadas e destruídas sem que haja comoção, dado que não atraem para si as mesmas preocupações e cuidados idealmente reservados às formas de vida consideradas legítimas, incluem, dentre outros, travestis e transexuais.

Esses segmentos, se compreendidos social, política, econômica ou juridicamente, aparecem como elementos apartados. Em um sentido, os trabalhos organizados sob a categoria de gênero e sexualidade apresentam esse caráter. Embora a presença de travestis e transexuais envolvidas com a prostituição seja uma realidade, especialmente em razão da exclusão socioeconômica que sofrem, o único trabalho disponível sobre o tema não versa sobre elas. Destacamos essa informação apenas para salientar que, apesar das sobreposições da realidade acessível, travestis e transexuais figuram apenas nos trabalhos dedicados a elas, exclusivamente. Enquanto interlocutoras, estão praticamente segmentadas no conjunto dos trabalhos, ainda que muitas das preocupações temáticas apresentadas anteriormente lhes atinjam diretamente.

A categoria de gênero e sexualidade, no tocante às travestis e transsexuais, se preocupa em apresentar os principais elementos associados à transdiversidade (2016.1), especialmente quanto ao debate especializado que busca discutir problematizar uma lógica dominante assentada no binarismo de gênero, na necessidade de categorização generalizando e as continuidades e rupturas entre gênero e sexualidade. A questão mais ressaltada, todavia, é a inaptidão do sistema jurídico para lidar com as pessoas transsexuais que lutam pela autoafirmação de direitos (2015.1), com destaque para as questões do registro civil e nomes sociais, e contra a patologização da transdiversidade (2016.1, 2017.2) que ocorre até mesmo nos processos de alteração da imagem corporal oferecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

A questão da transdiversidade permite uma transição mais suave para outro conjunto de trabalhos abarcado pela categoria geral de gênero e sexualidade, doravante com mais ênfase na sexualidade. Há pelo menos 9 trabalhos voltados especialmente à sexualidade cujo principal enfoque recai sobre as relações familiares. Desse conjunto, um trabalho discute questões acerca do direito sucessório no caso de relações homoafetivas (2015.1) e seis se dedicam ao processo de adoção por casais homoafetivos (2015.1A, 2015.1B, 2015.2, 2016.1, 2017.2, 2019.2). Ademais, dois trabalhos (2018.2, 2019.2) estão voltados para questões do campo da saúde, mais especificamente a doação de sangue, onde homossexuais majoritariamente masculinos ainda sofrem discriminação negativa fundada na noção de que são portadores de doença sexualmente transmissíveis, especialmente HIV/AIDS, a despeito de quaisquer testagens.

Quanto às questões de gênero e sexualidade, há um trabalho dedicado ao tratamento da diversidade sexual e de gênero nas escolas (2016.1), pedagogas, professores e um coordenador a fim de compreender as principais influências que afetam esse tipo de discussão em âmbito escolar.

Nessa categoria sobre gênero e sexualidade também foi incluída uma pesquisa sobre as dificuldades oferecidas pelo ordenamento jurídico ante o reconhecimento da união poliafetiva como uma unidade familiar (2017.1).

Em razão da proximidade textual dos conjuntos temáticos e dos preconceitos comuns, abordados especialmente pelas pesquisas sobre sexualidade, que caracterizam o conjunto da diversidade sexual e de gênero como promíscuo e imoral – e reconhecendo que essa qualificação alcança as unidades familiares poliafetiva – é preciso ressaltar que a poliafetividade é uma das muitas possibilidades de arranjo afetivossexual e não guarda quaisquer relações diretas com LGBTQ+, de modo que os parceiros envolvidos nesse arranjo sejam todos heterossexuais cisgêneros. Esse trabalho foi locado sob essa categoria especialmente porque a poliafetividade desestabiliza as expectativas sociais acerca da

expressão dos afetos e da sexualidade com base em um ideal romântico e monogâmico de fidelidade (LA CECLA, 2003).

5.2 MERCADO DE TRABALHO

Os trabalhos classificados sob a categoria do mercado de trabalho foram realizados em um período marcado por polêmicas acerca das significativas mudanças promovidas pela reforma trabalhista defendida e incentivada pelo governo de Michel Temer, em um cenário de crise política, social e econômica, cujas consequências ainda estão sendo avaliadas.

Nesse sentido, há pelos menos quatro trabalhos dedicados a discutir a precarização do trabalho. Há um que relaciona a informalidade no trabalho à desigualdade social (2016.1) em que a marginalização reflete uma busca por proteção contra as políticas de regulamentação que excluem as alternativas de trabalho sem, todavia, oferecer qualquer possibilidade de trabalho formal. Outro estudo se dedica genericamente à terceirização (2016.2), sua tendência e a percepção dos trabalhadores sobre ela.

Ainda, uma pesquisa busca discutir as relações de trabalho daqueles que atuam junto à Uber (2019.1), dinâmica essa que deu origem à expressão “uberização do trabalho” que indica a tendência crescente dos trabalhos sem vínculo empregatício e garantias, oportunizadas pela conjunção de um cenário de crise econômica e expansão da oferta de aplicativos virtuais mediadores, que desvirtuam as garantias pretendidas pela legislação trabalhista. No mesmo sentido das novas tecnologias, um trabalho discute a polêmica entre Uber e táxi sob a perspectiva do mercado de trabalho (2016.1).

Além desse conjunto particularmente interessado na precarização do trabalho, há um trabalho concentrado no âmbito jurídico. É comum encontrar pesquisas na área do direito que tenham como interlocutores principais os profissionais atuantes na advocacia pública ou privada, na magistratura e afins. Contudo, ainda é pequeno o número de trabalhos dedicados à formação acadêmica desse quadro de profissionais. Nesse sentido, há uma pesquisa realizada com alunos e alunas na Faculdade Nacional de Direito acerca das dificuldades enfrentadas no processo de formação quando da realização dos estágios (2016.1), obrigatórios ou não. Nesse mesmo sentido, há uma pesquisa acerca do assédio em ambiente de estágio realizado também com alunos e alunas dessa faculdade (2019.2).

Finalmente, destaca-se uma pesquisa (2016.1) realizada sobre a Lei Complementar n. 150, conhecida como Lei das Domésticas, uma marca legislativa que anterior às principais

polêmicas trabalhistas do governo Temer, mas que gerou muita discussão entre empregados e empregadores em razão das exigências que estabeleceu formalmente.

5.3 DIREITO À CIDADE

O conceito de direito à cidade se relaciona com a ideia de acesso e de não exclusão aos benefícios da vida urbana (LEFEBVRE, [1968]2001) e que está à base de um conjunto muito variado de debates que apresentam diferentes áreas do conhecimento e graus de especialização. Há uma grande afinidade com uma economia política urbana ou da urbanização (SINGER, [1973]1985), a maneira de distribuição dos benefícios e malefícios cujas marcas indicam desigualdades socioeconômicas e socioespaciais relacionadas, especialmente, à habitação.

Habitar é, inclusive, uma questão filosófica² afim da experiência social e que não tem relação apenas com a especificidade do local de moradia, mas com os pontos acessos no espaço físico, preenchido por expectativas, e com o próprio trajeto e seus momentos de transição. É assim que a questão da habitação abarca a moradia e seu entorno, o transporte público e a mobilidade urbana, os locais de labor e o lazer, dentre outros.

O âmbito jurídico se aproxima do direito à cidade de maneiras diferentes a depender, inclusive, da concepção teórica de direito mobilizada (ROLNIK, 1997). As possibilidades vão desde um tratamento exclusivamente pautado na organização do espaço público através do Direito Administrativo à discussão sobre efetivação de direitos ligados à boa qualidade de vida nas cidades.

A categoria de direito à cidade abrange 15 trabalhos conhecidos, sendo 8 disponíveis, e pode ser dividida em pelo menos 5 blocos. O primeiro se refere ao conjunto de trabalhos que versam sobre as condições de moradia, ou seja, pesquisas sobre pessoas que têm casa embora enfrentem problemas relacionados às garantias ou efetivação dos direitos afins da moradia.

Estão incluídos um trabalho sobre as transformações provocadas pela “pacificação” de comunidades e favelas (2015.2) através das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), o direito de acesso à água (2016.1), a efetivação dos direitos de moradia em Jardim Gramacho (2017.1), um bairro do município de Duque de Caxias, no Estado do Rio de Janeiro, em que funcionou o maior lixão da América Latina, entre 1976 e 2012, deixando para trás suas marcas socioeconômicas; e dois trabalhos sobre as ocupações urbanas e como lidam esses moradores com as investidas do poder público (2016.1, 2017.1) que visam despejá-los.

² Choay (1979) apresenta, por exemplo, como Martin Heidegger concebe a noção de Ser e Habitar, passando por uma discussão sobre Construir.

O segundo bloco de trabalhos se preocupa com as pessoas em situação de rua cuidando do modelo assistencial prestado às pessoas em situação de rua por parte do município do Rio de Janeiro (2016.1), das atenções despendidas pela Pastoral do Povo da Rua (2017.2) e dos impactos da falta de moradia fixa (2017.1), sugerindo uma noção importante de que a situação de rua é uma modalidade de moradia.

O terceiro bloco é caracterizado por três trabalhos relacionados aos impactos dos megaeventos. Um desses trabalhos trata das remoções na cidade do Rio de Janeiro (2015.1), outro enfoca a Vila Autódromo (2016.1), uma comunidade ou favela localizada no bairro de Jacarepaguá, na cidade do Rio de Janeiro, e que se tornou símbolo de resistência contra as políticas urbanas de remoção a favor dos megaeventos. No mesmo sentido, foi realizado um trabalho sobre o Morro da Providência (2018.1), localizado no bairro da Gamboa, na cidade do Rio de Janeiro, e que compõe o circuito de interesses relacionados aos megaeventos.

O quarto bloco tem relação com as expressões culturais de lazer difundidas na cidade do Rio de Janeiro, focados em experiências extramuros marcadas especialmente pela ocupação do espaço público. Assim, há pesquisas que versam, cada uma, sobre a praia (2015.2) e as questões de acesso marcadas por desigualdade socioeconômicas e socioespaciais acentuadas pelas políticas de transporte público e pela repressão policial seletiva; o carnaval (2018.1) quanto ao crescimento exponencial dos blocos de rua, incentivados pela iniciativa privada, que têm incomodado moradores locais; e as festas urbanas (2019.2) cujo público e/ou local podem ser alvos de repressão policial seletiva, por vezes preconceituosa, a depender de quem e/ou quem as frequente.

O quinto e último bloco é composto por apenas um trabalho responsivo aos recentes acontecimentos acerca dos artistas de rua (2019.2), que estão legalmente impedidos de realizar exposições culturais nas estações e vagões de trens, metrô e barcas, uma vez que foi considerado inconstitucional o art. 4º, § 3º, da Lei estadual 8.120/2018, que regulava essas manifestações.

5.4 CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Essa categoria compreende 10 trabalhos conhecidos e 4 disponíveis. Desse conjunto de trabalhos, 7 versam sobre atos infracionais e medidas socioeducativas com grande atenção a não efetivação das garantias legalmente asseguradas, além do desvirtuamento da proposta ressocializadora de tais medidas.

Desses 7 trabalhos, 4 estão particularmente dedicados à vivência interna nas unidades dedicadas ao sistema de medidas socioeducativas (2017.1, 2018.1 X1, 2018.1 X2, 2019). Um

versa sobre a redução da maioria penal (2015.1), outro aborda a reincidência dos menores infratores (2015.1) e uma pesquisa discute a aplicabilidade da justiça restaurativa para os casos que envolvam menores infratores.

À parte desse conjunto, o segundo bloco tem relação direta com elementos ligados à vivência afetivo-familiar. Uma pesquisa apresenta o direito ao afeto para menores sob a guarda do estado (2015.1) e outro estudo trata da alienação parental (2018.1). Finalmente, há um trabalho conhecido, não disponível, que teria tratado de alguma temática acerca dos direitos das crianças e dos adolescentes, sem enfoque determinado.

5.5 NECESSIDADES ESPECIAIS

A tendência geral dos trabalhos dedicados às pessoas com algum tipo de deficiência é a análise da efetivação de direitos amplamente assegurados. O principal obstáculo, conforme os estudos em geral, é a existência de condições factuais para a inclusão dessas pessoas com respeito às necessidades especiais que tenham.

A palavra-chave, nesse debate, é acessibilidade com grande ênfase para o ensino e aprendizagem. Do conjunto de 12 trabalhos disponíveis, 9 abordam questões relacionadas à educação, dos quais quatro (todos de 2016.1) se concentram nos espaços do Ensino Fundamental. Esses três trabalhos se preocupam, cada um, com os surdos, autistas e uma dessas pesquisas, realizada em uma escola municipal, trata das questões gerais envolvidas no atendimento de alunos com necessidades especiais.

Desse conjunto de 8 trabalhos relativos à educação, 5 dão destaque ao Ensino Superior e todos realizaram pelo menos uma atividade de pesquisa na própria faculdade. Dois trabalhos (ambos de 2017) se preocupam o acesso das pessoas com deficiência ao Ensino Superior. No mesmo sentido, dois trabalhos estão dedicados às discrepâncias entre as garantias de inclusão das pessoas com deficiência, asseguradas por lei, e a efetivação desse conjunto de direitos na Faculdade Nacional de Direito (2019.1, 2019.2). Uma pesquisa também realizada nessa faculdade entrevistou os surdos acerca de suas dificuldades (2018.1).

Nessa categoria reservada às necessidades especiais, duas pesquisas se voltam mais especificamente ao mercado de trabalho. Um estabeleceu contato com instituições afins da questão para compreender as questões envolvidas na efetiva inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho em geral (2018.1) e o outro enfocou as contingências daqueles que atuam em âmbito jurídico, com destaque para o Processo Judicial eletrônico (PJe), um sistema desenvolvido pela Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em parceria com os tribunais

e com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), e busca simplificar os trâmites processuais através da automação.

Como se pode notar, as questões relacionadas às necessidades especiais tendem a ser abordadas em relação a ambientes ou objetos relativamente estáticos. Em outras palavras, há muita vida e movimento nos espaços de ensino e nas interações virtuais, e que são apreendidos por essas pesquisas. Contudo, o trânsito da pessoa com deficiência, alguém que tem necessidades especiais em continuidade, não apenas nos lugares em que assumem algum cargo ou posição, não é o principal enfoque. Trata-se da virtude de um trabalho bem delimitado o enfoque compreensível, os lugares e interlocutores bem conhecidos, todavia o conjunto geral dos trabalhos sobre necessidades especiais não compõe ainda um panorama amplo. Em um sentido, é quase monotemático. Assim, finalmente, ressaltamos uma única pesquisa não realizada em espaços de ensino ou trabalho e que se preocupou com o acesso de pessoas com deficiência à praia (2019.2), um espaço associado ao lazer.

5.6 SAÚDE MENTAL

A categoria de saúde mental foi elaborada para abarcar os trabalhos preocupados com a saúde da mente enquanto objeto de estudo das mais diferentes preocupações, especialmente para abarcar o debate cada vez mais evidente, no meio acadêmico, sobre as boas condições mentais que favorecem a experiência universitária.

O conjunto mais expressivo relacionado às questões da mente se refere à medida de segurança e aos manicômios judiciais. Do conjunto de 9 trabalhos conhecidos, dos quais 7 estão disponíveis, 7 pesquisas (2015.1, 2015.2 A, 2015.2 B, 2016.1 A, 2016.1 C, 2016.2, 2018.1) tratam desse assunto.

À parte das questões afins da inimputabilidade penal, dois trabalhos (ambos de 2019.1) tratam da saúde mental em diferentes situações. Um versa sobre o transtorno de ansiedade entre os alunos da Faculdade Nacional de Direito e o outro, sob uma perspectiva epidemiológica do trabalho, discute a saúde mental dos policiais militares.

5.7 QUESTÕES DE ENSINO

A seção dedicada às questões de ensino compreende 8 trabalhos conhecidos dos quais 3 estão disponíveis. De uma maneira geral, as preocupações elencadas nessa categoria abrangem de uma discussão sobre o acesso ao ensino até a possibilidade de permanência nos espaços de

aprendizagem, passando por concepções acerca das disputas que tensionam o modelo de ensino predominante.

Nesse sentido, há duas pesquisas afins do acesso ao ensino, uma com enfoque no pré-vestibular social (2019.1) e outra apresenta os projetos sociais voltados à educação básica (2019.2). Há dois trabalhos dedicados às questões de permanência estudantil (2015.1, 2017.1), um sobre os processos de mercantilização do conhecimento (2015.1) e outro que versa sobre uma tensão entre direito autoral e direito à educação quanto às xerox nas universidades, uma importante ferramenta para a circulação de conteúdo curricular. Finalmente, essa categoria inclui duas pesquisas que discutem as implicações do ensino domiciliar no Brasil, ou *homeschooling* como é conhecido (2015.2, 2017.2).

5.8 DROGAS

O conjunto de pesquisas relacionadas ao assunto das drogas compreende 6 trabalhos, dos quais 3 disponíveis, e todos versam direta ou indiretamente sobre a legalidade de determinadas substâncias.

Os trabalhos apresentam enfocam quais casos envolvendo drogas chegam ao judiciário (2015.1), considerando as negociações informais e questões socioeconômicas que podem classificar alguém como usuário ou traficante; o debate sobre a descriminalização das drogas (2015.1); a percepção dos defensores públicos acerca das dificuldades para defender alguém acusado de tráfico de drogas (2015.2); uma pesquisa sobre as percepções sobre a descriminalização da maconha (2016.1) que teve por interlocutores uma professora de Direito Penal, um vereador pró-legalização, um médico neurologista e uma representante do Coletivo Antiproibicionista da Faculdade Nacional de Direito.

Ainda, há um estudo sobre a transação penal por posse e cultivo de drogas (2017.2), a partir de dois Juizados Especiais Criminais (JECrim) do Estado do Rio de Janeiro e, finalmente, uma pesquisa sobre a diferença entre consumo e tráfico de drogas conforme a percepção dos membros do Ministério Público Estadual, no Rio de Janeiro.

5.9 QUESTÕES DE SAÚDE

Sob a categoria que reúne trabalhos sobre questões de saúde, encontram-se pesquisas relativas ao debate médico-biológico, o acesso aos itinerários de cuidado e os principais

obstáculos percebidos. São 6 trabalhos conhecidos, dois quais 2 não estão disponíveis e cujos enfoques não são determináveis (2015.1, 2015.2).

O conjunto é diverso. Tendo defensores públicos como interlocutores principais, um trabalho sobre o processo de judicialização da saúde e as dinâmicas referentes ao fornecimento de medicamentos (2018.2). Há uma pesquisa sobre a relação do cliente com os planos de saúde (2019.1), no Rio de Janeiro. Outra investigação se dedica à percepção sobre a saúde dos profissionais que atuam no ambiente carcerário (2019.1) e, finalmente, de uma perspectiva bioética, um trabalho se dedica à percepção dos médicos do Instituto Nacional de Câncer (INCA) sobre a eutanásia (2019.1).

5.10 VIOLÊNCIA URBANA

A categoria dedicada à violência urbana apresenta 6 trabalhos conhecidos dos quais 5 estão disponíveis. Há pelo menos 3 trabalhos relacionados diretamente com a atuação das forças policiais, quais sejam, um apresenta a discussão acerca da desmilitarização da Polícia Militar (2015.1), outro acerca da precarização da Polícia Militar (2018.1 A) e uma pesquisa que versa sobre os autos de resistência, com enfoque para as questões de gênero, mais especificamente a reação das mães de vítimas desses autos.

Para além desse bloco, outro trabalho tem por tema a percepção acerca violência urbana nos entornos da Faculdade Nacional de Direito por parte daqueles que a frequentam (2016.1). Em um sentido diferente, uma pesquisa se dedica à investigação de possibilidades jurídicas para lidar com a situação de violência entre torcidas organizadas de futebol (2017.2). Finalmente, há um trabalho que se propõe à discussão sobre o acesso às armas de fogo, mais especificamente o controle estatal.

5.11 ACESSO À JUSTIÇA

O termo “acesso à justiça” é polissêmico. Por exemplo, se a palavra justiça aparecer como sinônimo de poder judiciário, grande parte dos trabalhos poderia ser enquadrada aqui. Nesse sentido, essa categoria está marcada por trabalhos que identificaram seus temas como sendo sobre “acesso à justiça”. Em geral, esse tipo de análise tende a enfatizar as dificuldades relativas à efetivação de direitos enquanto obstáculos colocados contra o acesso à justiça, com particular atenção aos trâmites do processo judicial.

Ainda, o acesso a justiça enquanto problema de pesquisa se apresenta como uma demanda resistida contra atores socialmente reconhecidos vulneráveis, hipossuficientes econômicos e jurídicos. Assim, há pelo menos 2 trabalhos (ambos de 2014.2) dedicados à atuação da Defensoria Pública.

No mesmo sentido, há um trabalho sobre a percepção acerca da efetivação dos direitos (2014.2) por parte dos usuários do Juizado Especial Cível (JEC) em que há referência aos benefícios de uma seção da Defensoria Pública exclusivamente dedicada aos JECs.

No curso dessas preocupações, um trabalho se debruçou sobre a percepção dos atores do judiciário em relação aos custodiados, em audiências de custódia (2016.2). Nesse trabalho, argumenta-se pela dificuldade no mapeamento de uma literatura pertinente, embora ele possa ser enquadrado no campo temático das percepções sociais que direta e indiretamente afetam os cursos do processo e mantêm relação com as questões de acesso à justiça. Por fim, há um trabalho conhecido e indisponível cujo enfoque é indeterminável e supostamente tratou sobre a complexidade do acesso à justiça na cidade do Rio de Janeiro (2015.2).

5.12 QUESTÕES DE RAÇA E ETNIA

A categoria reservada às questões de raça e etnia dispõe de 5 trabalhos conhecidos, todos disponíveis, que versam, com apenas uma exceção, sobre a política de ação afirmativa que estabelece a reserva de vagas para pessoas pretas e pardas em concursos públicos (Lei n. 12.990 de 2014) e universidades federais (Lei n. 12.711 de 2012).

Essas pesquisas abordam, especificamente, a percepção dos professores da Faculdade Nacional de Direito acerca do perfil dos alunos depois da entrada em vigor da política de ação afirmativa (2016.1); a perspectiva dos concursados sobre o processo de verificação da autodeclaração realizada por candidatos negros (2016.2); a percepção dos alunos ingressantes pela modalidade reservada para pretos, pardos e indígenas (PPI), na Faculdade Nacional de Direito, acerca das cotas (2017.2, 2018.2).

Finalmente, apenas um trabalho discute a representatividade social das pessoas negras a partir de outra chave analítica ao se dedicar a um estudo sobre os docentes negros da Faculdade Nacional de Direito (2018.1).

5.13 QUESTÕES DIGITAIS

Os trabalhos agrupados sob a categoria de questões digitais tendem a analisar o desdobramento de crimes através dos meios digitais. São 5 pesquisas, das quais 1 está disponível.

Os temas compreendem os crimes virtuais (2015.1) cujo enfoque é indeterminável; o direito à imagem e à privacidade na Internet (2015.2); o sequestro de dados (2015.2); e as dificuldades da investigação em caso de crimes virtuais (2018.1), o único trabalho disponível. Finalmente, há uma investigação supostamente dedicada ao Marco Civil da Internet (Lei n. 12.965/2014), todavia o enfoque também é indeterminável.

5.14 QUESTÕES MIGRATÓRIAS

A categoria dedicada às questões migratórias apresenta 4 trabalhos conhecidos, todos disponíveis. Observa-se que esse grupo temático não tem nenhuma análise acerca de migrações internas, no Brasil, de modo que todas se referem às migrações internacionais.

Todos os trabalhos se interessam por apresentar definições caras ao direito, especialmente porque o estatuto jurídico é importante para a vida do migrante em território nacional brasileiro. Assim, são gerais e até mesmo monotemáticos quanto aos assuntos de base, quais sejam, principais causas dos movimentos migratórios, diferença entre refúgio e asilo, legislação e políticas recentes de acolhimento e regularização da situação desses atores.

As ênfases, nesse tipo de trabalho, costumam se dar através do enfoque ante os principais interlocutores. Assim, dois trabalhos se ocupam de questões mais gerais e entrevistam atores ligados às instituições de apoio aos migrantes. Um deles, dedicado às questões de movimento migratório forçado, manteve contato com a Cáritas, confederação internacional de organizações humanitárias ligadas à Igreja Católica (2015.2) e o outro, preocupado com o acolhimento dispensado aos refugiados no Rio de Janeiro, estabeleceu diálogo com a Cáritas e com o Abraço Cultural (2017.2), um projeto social em que professores refugiados dão aulas de idioma e trocam experiência de vida.

Delimitando mais especificamente um grupo de refugiados para investigar, as questões migratórias também foram observadas quanto os agentes e medidas humanitárias no caso dos venezuelanos na cidade do Rio de Janeiro (2018.2) e também quanto a percepção sobre oportunidade de emprego por parte dos congoleses estabelecidos também na cidade do Rio de Janeiro (2019.1).

5.15 DIREITO DOS ANIMAIS

A categoria de trabalhos sobre o direito dos animais abrange 3 pesquisas, todas disponíveis. Essa questão, no âmbito do direito, está direta ou indiretamente preocupada em combater a exploração e as formas de crueldade contra os animais.

Essas investigações discutem a testagem em animais para fins de ensino e pesquisa científica no Brasil (2016.2); a possibilidade de atribuição da personalidade jurídica para animais (2018.1); e as dinâmicas de amparo e cuidado quanto ao abandono de animais (2019.2), mais especificamente no Campo de Santana, uma das mais expressivas colônias de gatos da cidade do Rio de Janeiro, no centro da cidade.

5.16 DIREITOS HUMANOS

O termo “direitos humanos” pode assumir diferentes sentidos. No âmbito jurídico mais especializado, essa expressão indica um conjunto de direitos e garantias relacionados à condição humana, com pretensão de sobrepor quaisquer tendências que ofendam a dignidade da pessoa humana, e guarda relação com os direitos fundamentais. Além desse sentido, direitos humanos também pode se referir a um conjunto de noções social e politicamente polêmicas que compreendem os direitos humanos como uma ferramenta injusta a favor da impunidade.

Esse segundo sentido representa uma categoria nativa, recorrente e desorganizada, geralmente baseada em senso comum, intolerante e alheia ao devido processo legal, que insta por uma postura revanchista do Estado e seus agentes contra criminosos, ainda que sejam considerados assim com base apenas no julgamento social.

A categoria dedicada aos direitos humanos foi elaborada para abarcar especialmente esses dois sentidos e está composta por 4 trabalhos dos quais 2 estão disponíveis.

Desse grupo, 3 trabalhos se orientam pela definição mais especializada do termo e tratam das dinâmicas enfrentadas pelos movimentos pró-Direitos Humanos no combate à tortura no Brasil (2015.1); da perspectiva de advogados e defensores dos Direitos Humanos ante as ações policiais durante as manifestações de junho de 2013, no Rio de Janeiro (2016.1); e uma abordagem acerca das condições de moradia nos alojamentos universitários sob uma perspectiva dos Direitos Humanos (2016.1).

Apenas um trabalho apresenta uma investigação acerca dos outros sentidos assumidos pela expressão direitos humanos, realizando uma pesquisa junto a policiais militares do Rio de Janeiro a fim de compreender como concebem os direitos humanos (2019.1).

5.17 QUESTÕES AGRÁRIAS

A categoria reservada às questões agrárias compreende um conjunto de 3 pesquisas, todas disponíveis, dedicadas à análise da construção de uma identidade tensionada entre as funções sociais da terra e da propriedade privada, conforme as mais diferentes perspectivas, e o modelo priorizado pela norma positivada. Conforme os trabalhos agrupados sob essa categoria, nota-se que, ainda que o direito tenha flexibilizado questões relativas à propriedade de terras, a efetivação desses preceitos ainda encontra muita resistência.

Todos os 3 trabalhos locados nessa categoria versam sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), sob três enfoques, quais sejam, uma etnografia dos assentamentos (2015.1), com o fito de apresentar o modo de viver ligado à terra que lá se desenvolve; a prática do relacionamento entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e os membros dos assentamentos (2016.2); e a luta por efetivação de direitos ante as investidas criminalizadoras contra o MST (2019.1).

5.18 RELIGIOSIDADE

A categoria dedica à religiosidade abarca 3 trabalhos dos quais 1 está disponível e que versam sobre a transfusão de sangue no caso dos Testemunhas de Jeová, que respeitam uma proibição de ordem religiosa para que se abstenham desse tipo de relação com o sangue (2015.1); um trabalho de enfoque indeterminável que investigou junto aos universitários a percepção acerca da liberdade religiosa (2017.1); e uma pesquisa que teve como interlocutores principais alguns atores ligados ao cotidiano dos tribunais acerca dos conflitos envolvendo a presença de crucifixos nesses espaços do poder público em um Estado laico (2016.1).

5.19 CATEGORIAS TEMÁTICAS COM APENAS UMA OU NENHUMA OCORRÊNCIA

Nessa seção, encontram-se categorias temáticas que compreendem apenas um trabalho, entre conhecidos e/ou disponíveis. Ainda, há três categorias temáticas impróprias, uma vez que não podem ser assim definidas em razão das incertezas quanto ao estudo. Trata-se de temas conhecidos cujas análises estão indisponíveis e dados constantes não permitem conhecer o enfoque dado. Essas categorias temáticas impróprias abrangem uma pesquisa (2017.1) sobre a

percepção dos magistrados ante a execução de alimentos e provisões da Lei n. 13.105 de 2015, o Código de Processo Civil; uma estudo sobre questões de consumo que analisa a Black Friday a partir dos direitos do consumidor (2015.2); e uma investigação sobre questões previdenciárias acerca da reforma da previdência e da aposentadoria (2017.1).

5.19.1 Propriedade Intelectual

Há um trabalho conhecido e disponível (2016.2) sobre a percepção das músicas amadores e semiprofissionais acerca da propriedade intelectual musical e dos direitos autorais das músicas que performam em suas atividades artísticas.

5.19.2 Terceira Idade

Há um trabalho conhecido e disponível (2016.2) acerca da efetivação dos direitos assegurados pela Lei n. 10.741 de 2003, conhecida como Estatuto do Idoso, com particular enfoque para as questões de saúde. Esse trabalho poderia ter sido incluído na categoria reservada às questões de saúde, todavia, os temas relacionados aos idosos, apesar de pouco expressivos, está destacado para que ao menos chame atenção enquanto campo temático.

5.19.3 Justiça restaurativa

Há um trabalho conhecido e disponível (2017.2) sobre a justiça restaurativa e que poderia ter sido incluído na categoria reservada às crianças e adolescentes, uma vez que um dos interlocutores da investigação é advogado ligado ao Centro de Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente (CBCA). Pode-se observar que o conjunto de trabalhos sobre crianças e adolescentes inclui uma investigação sobre as possibilidades de aplicação da justiça restaurativa nos casos de atos infracionais. Apesar dessa observação, o trabalho que justifica a presente categoria tem por objeto principal as próprias questões referentes à justiça restaurativa, não crianças e adolescentes especificamente, tendo por interlocutor, também, um advogado atuante no Centro Brasileiro de Mediação e Arbitragem (CBMA), acesso através do Núcleo de Mediação e Conciliação (NUMEC) da Faculdade Nacional de Direito.

6 ETAPAS DA PESQUISA EMPÍRICA: ESTUDO CONCENTRADO DO ANO LETIVO DE 2019

Além dos monitores e estagiários docentes, o prof. Xavier habitualmente convida outras pessoas para que assistam os seminários e teçam comentários ao final. Como consequência desses convites, tenho acompanhado a disciplina, panoramicamente, há pelo menos dois anos. Entretanto, foi apenas no ano letivo de 2019 que me tornei monitor de Métodos e Técnicas da Pesquisa Sócio-Jurídica, posição que oportunizou outro tipo de proximidade com a disciplina.

Em razão das atividades de monitoria, mantive registros sobre as impressões do professor, monitores, estagiários docentes e alunos acerca da disciplina antes mesmo de pensar em realizar um trabalho sobre ela. Além disso, dadas as contingências descritas na seção 2, reservada à metodologia, apenas para o ano letivo de 2019 há certeza de que todos os trabalhos são conhecidos e estão disponíveis.

Por esse motivo, essa seção, dedicada às principais questões fomentadas pelos alunos ao longo do processo de pesquisa, estará pautada no ano letivo de 2019. A exposição de temas e características gerais que apresentamos até aqui, portanto, servem para colocar o ano letivo de 2019 em perspectiva.

Faremos assim, pois se trata de um trabalho em constante renovação, uma vez que novos registros poderão ser descobertos e outros deverão ser produzidos nos semestres vindouros. Para garantir fontes endereçáveis e evitar especulações sobre dinâmicas que, apesar de afins, não compõem minha experiência direta, trataremos das etapas de pesquisa, que sempre foram as mesmas para todos os semestres, com base nas três turmas que ficaram sob responsabilidade do prof. Xavier ao longo de 2019, ou seja, interlocutores aos quais tenho fácil acesso para dirimir quaisquer dúvidas.

6.1 APRESENTAÇÃO DO CURSO E ESCOLHA DOS TEMAS

As primeiras aulas do curso se ocupam de apresentá-lo. Cuida-se, principalmente, de explicar que não se trata de um conjunto de aulas expositivas, mas de um preparatório geral para a realização de uma pesquisa a ser apresentada ao final do semestre letivo.

Com uma explicação acerca das características do curso, os alunos são instados a conceber o direito como prática inserida em um conjunto social dinâmico. Desestabiliza-se, em um sentido, a incorporação de um *ethos* do “estudante de Direito” que analisa tudo e qualquer coisa a partir da lógica exclusiva da norma positivada.

Todavia seja comum, a intenção não é necessariamente a “humanização” ou a “sensibilização”, mas a perspectivação do Direito: embora a dogmática jurídica pressuponha uma posição privilegiada para o Direito quando da análise da sociedade, sendo a norma a lente pela qual enxerga o mundo, ela é apenas uma forma de concebê-lo e que convive com outras, inclusive, ditas ilegais ou imorais.

Essas noções são caras à disciplina por promover uma calibragem metodológica que indica, de antemão, que na análise do tecido social os parâmetros oferecidos pela doutrina e pela jurisprudência não estão de maneira alguma isolados dos demais campos de atuação e que nem sempre serão os aspectos proeminentes nos assuntos de interesse da sociedade.

Busca-se convencer os alunos de que a autoridade do direito oficial e seus representantes não se mantém apenas pela liturgia a ser observada, por uma tradição a ser repetida, mas porque, como as outras, ela se estabelece em um contexto de disputa em que atuam forças sociais, econômicas e políticas, dentro e/ou fora do que poderia ser definido como “campo jurídico”.

Essa concepção está fundamentalmente preocupada com a promoção de critérios bem definidos para seleção das fontes mobilizadas na descrição e na análise do tecido social. Em outras palavras, um autor não deve ser citado simplesmente porque busca-se bajulá-lo ou porque foi sagrado “autoridade” sem que essa esteja devidamente demonstrada. A relevância das fontes, portanto, é relativa ao objeto sob análise. Essa discussão abarca, finalmente, as atenções necessárias ao argumento de autoridade tão característico na seara jurídica (OLIVEIRA, 2004).

Ainda nas aulas iniciais, os alunos são notificados de que a pesquisa deve ser realizada obrigatoriamente em grupo e que a escolha de temas é livre. É praxe que a composição dos grupos siga um critério de afinidade em que os mais próximos se articulam entre si para elegerem um tema.

A eleição dos temas leva em consideração alguns fatores, quais sejam, (1) interesse do grupo, (3) acesso que os membros têm entre si fora do espaço da faculdade, (4) disponibilidade para pesquisar e (5) acesso aos interlocutores e lugares que pretendem entrevistar e observar, respectivamente.

Inicialmente, os alunos não se sentem muito pressionados ante a realização de uma pesquisa em grupo cujo tema é de livre escolha. A tendência é de que busquem listar temas que julgam de fácil acesso. Nos primeiros momentos, nota-se que suas percepções do que é pesquisar está atrelada ao simples resumo de textos, que se torna mais fácil ainda, pensam, se realizado em grupo. Alguns imaginam que as redes sociais são uma vantagem e que tudo pode ser feito à distância, não precisando de grande articulação acerca dos horários comuns dos membros.

Essa noção é perturbada pela informação de que o trabalho exige, invariavelmente, a realização de entrevistas e/ou observação. O critério de “facilidade”, antes atrelado aos temas mais populares e suspostamente com mais materiais dispostos *online*, é transformado e passa a ser pautado pela “familiaridade”.

Os alunos são instados a lastrear seus interesses na possibilidade de entrevistar alguém e/ou observar dinâmicas relevantes à análise do tema. Assim, tendem a se voltar ao que já conhecem e refletem acerca das próprias relações que mantêm. Desse modo, não é incomum que os entrevistados sejam membros da própria família de pelo menos um dos membros do grupo e/ou interlocutores acessados através desses familiares. No mesmo sentido, consideram as possibilidades de pesquisa nos lugares que frequentam: trabalho, estágio e até mesmo a faculdade.

A transformação do critério de “facilidade” também implica na coordenação interna dos grupos. Se antes cogitavam resolver tudo ou quase tudo *online*, passam a discutir quando e como podem se encontrar para resolver o trabalho e suas exigências ou o que fazer quanto as entrevistas e observações.

Em razão do volume de trabalho ou das responsabilidades que surgem com a exigência de entrevista e/ou observação, os grupos tendem a não tolerar membros que não contribuem com a pesquisa. É comum, portanto, que quase todos os membros dos grupos estejam presentes, nem sempre simultaneamente, em pelo menos uma entrevista.

Essa auto-organização eficiente, notado que quase todos os membros contribuem efetivamente com a tarefa, se alia à postura do professor, monitores e estagiários docentes que, embora tomem conhecimento e ofereçam conselhos, informam desde o primeiro momento que não resolverão quaisquer problemas de foro particular, ou seja, incômodos ou inconveniências quanto à auto-organização devem ser solucionados pelos próprios grupos.

Essa postura se propõe ao estímulo da autonomia necessária à realização das pesquisas. Trata-se de uma ferramenta, dentre outras, para garantir que professores, monitores e estagiários docentes não sejam percebidos como autoridades da pesquisa ou como instância adequada a resolver questões produzidas pelos grupos que têm liberdade de autocomposição e recomposição. A proposta da disciplina é que essas figuras sejam vistas não como detentoras de um saber a ser reproduzido mecanicamente, mas como estimuladores de debate e coordenadores de pesquisa, no máximo, preocupados em ressaltar questões recorrentes do processo de análise.

6.2 PROBLEMA DE PESQUISA

Logo após a escolha de temas, o curso se dedica aos problemas ou perguntas de pesquisa. É um dos momentos de mais agitação do curso, pois o processo de composição da pergunta de partida tende a revelar uma confusão entre uma questão real a ser analisada e uma afirmação genérica maquiada de pergunta para a qual já se tem respostas, em geral, de senso comum.

Para auxiliar na tarefa, são apresentados alguns critérios da pergunta de pesquisa, quais sejam, (1) precisão e coesão da pergunta, (2) condições factuais de realização da pesquisa, sua exequibilidade; e (3) o enquadramento que busque afastá-la de moralizações, questões genéricas ou intervenção da intenção pessoal e/ou não embasada dos pesquisadores. Durante as aulas, são apresentados exemplos adequados e inadequados de perguntas elaboradas por outros alunos em semestres passados, devidamente anonimizados.

Ao longo do processo de elaboração da pergunta de pesquisa, há grupos mais resistentes que outros quanto à noção de que sua questão ainda precisa de ajustes, seja porque consideram que sua pergunta de partida está de acordo com os critérios, e têm liberdade de condução para assim se posicionar, e/ou porque não conseguem perceber como executar a adequação. Em quaisquer dos casos, professor, monitores e estagiários docentes intervêm através do diálogo com o fito de convencer sobre as inconveniências mais marcantes que as perguntas de partida possam apresentar.

Seja por convencimento ou por dificuldade para adequar, aqueles que persistem com uma pergunta imprópria logo se deparam com a necessidade de repensá-la quando retomam a noção de que precisarão, obrigatoriamente, realizar pesquisa empírica. Novamente, a exigência de entrevistas e/ou obrigações afeta de maneira importante o processo de pesquisa.

Para cada critério da pergunta de pesquisa há pelo menos um problema recorrente enfrentado pelos grupos. Em relação à precisão e coesão, não são capazes de atendê-las muito bem se ainda não sabem onde e/ou quem procurar para entrevistar; e/ou quando não conhecem muito bem sobre o tema que escolheram, sem saber que aspecto (temática) abordarão do campo mais amplo (tema).

No caso daqueles que já sabem onde e com realizaram pesquisa empírica e que enfoque aplicarão, incide, às vezes, um problema de prolixidade facilmente solucionável. É preciso desenvolver a qualidade de informar diretamente o que estão tratando, pois é comum que ocultem dados e informações conhecidas e específicas sob termos genéricos, esperançosos de que estão concedendo aparência de importância ao trabalho.

Acerca do critério relacionado à exequibilidade, o problema principal está relacionado ao alcance da pesquisa e tem dois extremos, o exagero para mais ou para menos. Não é incomum que algumas perguntas de partida se proponham a tratar de questões em escala nacional ou estadual, quando são convencidos posteriormente de que mesmo a escala local pode ser inacessível. Quando os coordenadores de pesquisa traduzem para a prática o que a proposição comporta, o grupo volta a refletir sobre a factual possibilidade de ir a campo para realização da pesquisa.

O exagero para menos, como nos referimos acima, foi observado pelo professor ao longo dos anos. Trata-se de grupos que por motivos diversos, sem ter tentado outras possibilidades, resolvem fazer pesquisa na própria faculdade. Esse tipo de enfoque no espaço do cotidiano universitário continua a ser aceito, em razão da liberdade de escolha dos temas e de condução da pesquisa, mas com observações vigorosas, pois não parece razoável que um grupo composto por no mínimo seis integrantes, a depender do semestre, entreviste apenas três interlocutores no espaço em que supostamente têm amplo acesso.

O critério referente ao enquadramento da pergunta parece estimular mais o debate entre os alunos porque, dentre os critérios, é o que aparenta ser menos técnico. Essa discussão oportuniza a noção de que embora a pesquisa seja uma expressão dos pesquisadores, ela tem critérios e compromissos a observar.

Debate-se, em síntese, a abordagem extra-moral a ser empreendida pelos alunos, ou seja, tudo que aprenderem no curso da análise certamente será objeto de ponderações morais baseadas em seus próprios valores, todavia a pesquisa, nesse caso, não se trata de um compilado de opiniões pessoais ou mesmo de autobiografia; precisarão exercitar a capacidade de compor material empírico para análise, cuidando para que seus filtros e conceitos não estejam prejudicados por preconceitos.

Esse enquadramento da pergunta de partida tem uma importância fundamental, quanto ao ensino jurídico, para questionar qualquer influência moralizante do campo jurídico. Em outras palavras, com ética e atenção à segurança, não se deve ignorar os elementos da realidade acessada simplesmente porque eles são ou podem ser classificados pelo direito oficial como ilegais, imorais, informais, indignos, não oficiais. Assim, essa discussão busca demonstrar que há uma sobreposição de regimes morais cujo enfoque deve ser informado pelo problema de pesquisa.

6.3 REVISÃO DE LITERATURA

A revisão de literatura tem uma importância destacada na disciplina. Formalmente, ela é apresentada em dois momentos, em meados do semestre letivo os alunos e alunas, já organizados em grupos temáticas e com um projeto de pergunta de partida, apresentam uma revisão de literatura sucinta feita individualmente. Ao fim do semestre, os trabalhos finais devem conter uma revisão de literatura, necessariamente. Nessa seção, abordaremos quais são as expectativas reservadas à revisão de literatura, além das principais questões levantadas pelos alunos.

A princípio, cuida-se de explicar aos alunos do que se trata uma revisão de literatura. Explicação essa repetida algumas vezes porque é comum que nunca tenham sido apresentados a esse tipo de aplicação de referências. O mais próximo que concebem de uma revisão literatura, no começo do curso, é o que chamam de “contextualização”, ou seja, referências consolidadas e mobilizadas apenas para reforçar um argumento à moda dos modelos de redação para o Exame Nacional do Ensino Médio, como já foi referido por um aluno durante uma aula de monitoria no primeiro semestre de 2019.

A partir da noção de “contextualização”, explica-se a necessidade de garantir a “segurança das fontes”, ou seja, insta-se por uma preocupação quanto a origem do material mobilizado como referência. Indica-se artigos e revistas científicas, periódicos, monografias, dissertações, teses e afins em razão do processo de averiguação e conformidade, sob a observação de uma banca, que lhes confere um grau de confiança assentada na possibilidade de rediscussão do conteúdo em circulação, com endereçamento direito aos envolvidos na discussão.

O primeiro contato com esse tipo de material objetiva colocar os alunos em proximidade com a linguagem, a estrutura e os principais meios de circulação da produção acadêmica e científica. Considerando que o melhor exercício para tanto é a leitura, recomenda-se, através das orientações em sala de aula, a leitura de pelo menos três artigos, assumindo que 15 é a média de páginas que um artigo contém na parte textual. Dessa discussão, apresenta-se os principais meios de obtenção desse tipo de material e explica-se alguns critérios de busca, como indexação e palavras-chave.

Como os grupos são compostos por 6 membros, em média, e para garantir que todos realizem leituras, admite-se a possibilidade de que apenas um artigo seja recorrente entre os membros de um mesmo grupo. Ou seja, todos devem se dedicar a textos diferentes, podendo ter pelo menos um texto idêntico entre si.

Essa é uma regra geral que pode ser flexibilizada a depender do tema e do grupo, pois há propostas de pesquisa para as quais a busca de material é muito trabalhosa e/ou há uma

referência recorrente que não deve ser ignorada, além de outras questões. Entretanto, a abrangência das temáticas, em geral, permite essa exigência no tratamento dos textos selecionados. O que se busca, em síntese, é uma cobertura suficiente quanto às referências mobilizadas.

Além da carga de leitura, uma das principais dificuldades dos alunos se refere ao tipo de leitura que deve ser aplicada aos artigos, uma vez que a revisão de literatura não se trata de simples resumo. Explica-se, basicamente, que esse processo tem dois objetivos principais, quais sejam, (1) conhecer a trajetória da discussão e (2) conhecer os conceitos envolvidos nela, com o propósito de localizar a própria análise nesse cenário mais amplo. Trata-se de uma leitura concentrada para mapear ideias, noções e conceitos que deverão ser relacionados entre si.

Daí, três dificuldades presentes em todos os grupos, todavia mais ou menos intensas a depender das análises propostas. A primeira dificuldade se refere às temáticas mais difundidas que apresentam um grande volume de trabalhos específicos. São exemplos as temáticas incluídas na categoria de gênero e sexualidade ou questões de raça e etnia em que há grande dificuldade para delimitar um escopo, pois costumam ser assuntos muito pontuais, que geram grande interesse, com um volume considerável de produções acerca de suas questões.

Os alunos dedicados a esse tipo de discussão mais popular desenvolvem o cuidado para com a delimitação do tema. Aprendem desde logo sobre pertinência ao categorizarem os trabalhos como oportunos ou não. Certamente esses critérios são difusos, haja vista que trabalhos de mesma temática recorreram a referências diferentes ao buscá-las nas mesmas fontes. Trata-se de um contato inicial com a noção de que nem toda referência encontrada será de algum proveito, no todo ou em parte, e que os critérios de seleção devem ser discutidos abertamente para que todos possam fazer manutenção da coesão interna acerca da análise.

A segunda dificuldade tem relação com temáticas menos populares para as quais as referências são escassas. Para esses casos, especialmente, estimula-se a criatividade: será preciso observar se e como referências que tratam de objetos diferentes apresentam interseções, sobreposições, afinidade.

Um exemplo, do segundo semestre de 2019, é um trabalho sobre artistas de rua. Essa temática foi escolhida, especialmente, em razão da familiaridade de um dos membros com coletivos que atuam nessa atividade e das recentes discussões quanto à proibição da apresentação de artistas de ruas em vagões do metrô. De acordo com o grupo, o material para referência é muito escasso, de modo que precisaram articular trabalhos sobre artes, mercado de trabalho e direito à cidade para compor material teórico que suportasse sua pesquisa.

Por fim, a terceira dificuldade se refere à desconexão entre revisão de literatura e o restante do trabalho. É como se os alunos aceitassem um dos objetivos da revisão de literatura, que é apresentar a discussão e seus elementos, e esquecessem posteriormente de seu outro objetivo: balizar a discussão que propõem. Com a orientação do professor, monitores e estagiários docentes, são instados a relacionar o resultado de sua análise, com base no material empírico reunido a partir de entrevistas e observações, com aquilo que sua revisão de literatura apresenta – ou deixa de apresentar. Essa proposição é fundamental, são ensinados, porque se trata da efetiva expansão de conhecimentos acerca de uma temática. São convidados, pela disciplina, a contribuírem com um debate em vez de apenas resumi-lo e aceitá-lo sem que possam submetê-lo a sua própria condução de experimentação empírica metodologicamente orientada.

6.4 SEMINÁRIOS

Os seminários são as últimas atividades do semestre, após a entrega dos trabalhos finais na mesma data para todos, em que os membros de cada grupo apresentam sua pesquisa, com enfoque nos resultados, por no máximo 30 minutos, seguidos de eventuais comentários ou perguntas dos alunos, monitores, estagiários docentes e professor, nessa ordem.

As apresentações contam com *slides* e outros materiais de apoio, como as anotações pessoais, embora não sejam obrigatórios. Os alunos são aconselhados desde o começo para que busquem dominar seus temas a fim de que possam se expressar mais compreensivelmente, sem a necessidade do material de apoio. Ademais, em caso de ansiedade e/ou outras dificuldades para lidar com o público, podem notificar essa condição ao professor anteriormente.

O seminário se trata de uma situação textual marcada pela oralidade e como tal imprime um registro diferente daquele manifestado no trabalho escrito. Embora estejam organizadas conforme uma estruturação prévia, as falas são individuais e responsivas ao ambiente da apresentação: a intervenção dos ouvintes e dos membros do próprio grupo, algum problema com o material de apoio, distrações inusitadas são alguns elementos que afetam diretamente o momento da fala e influenciam imediatamente o curso das apresentações.

Essa marca da oralidade preocupada com a coesão das partes temáticas de um mesmo grupo, apesar de planejada, dá-se no momento em que se desenvolve. O registro escrito se diferencia fundamentalmente nesse aspecto, pois é o resultado consolidado de múltiplas intervenções previamente uniformizadas pelo processo de revisão interno realizado pelos grupos.

O reconhecimento dessa diferença entre os registros é importante especialmente para embasar os comentários acerca do processo de pesquisa como um todo, dado que uma apresentação pode ser considerada compreensível ou organizada enquanto o trabalho que lhe dá bases não alcança as mesmas qualidades e vice-versa.

A distância temporal entre a entrega dos trabalhos escritos e sua avaliação pelo professor, auxiliado por monitores e estagiários docentes, atenua o grau de envolvimento pessoal com os trabalhos de modo que os alunos não se sentem atacados quanto as características menos atrativas dos trabalhos. Todavia, os comentários de caráter avaliativo realizados imediatamente ao final de cada apresentação não goza do mesmo benefício de tempo e exigem, por parte dos comentaristas, algumas sensibilidades: as críticas devem buscar o estímulo à pesquisa, considerando, na maneira de se expressar, que se trata do primeiro contato dos alunos com o universo da pesquisa acadêmica e científica, além da apresentação oral tão difundida nesse meio. Trata-se de um curso preparatório, em todas as suas etapas.

Nessa fase inicial da socialização jurídica pela faculdade, as expressões orais são menos formatadas pelas expectativas do “âmbito jurídico” em comparação com os textos escritos. Se os registros escritos são capazes de assumir uma estilística especializada, assentada em linguagem blindada não por termos técnicos, mas por vocábulos pouco usuais, o registro oral é menos capaz de expressá-la sem estranhamentos na situação textual se esse estilo de fato ainda não estiver incorporado.

Em outras palavras, é sempre muito evidente quando alunos e alunas dos períodos iniciais estão fazendo um esforço notório para suprimir sua maneira de se expressar em favor de um modelo genérico do comportamento e da expressividade adequados ao “mundo jurídico”. A disciplina de Métodos e Técnicas da Pesquisa Sócio-Jurídica, especialmente no momento de apresentação final, permite que observemos os processos iniciais de socialização que constitui o imaginário social acerca do estagiário, advogado e afins.

É preciso notar que não questionamos a validade ou a necessidade de observância as formas de comportamento e expressão pertinentes ao mundo jurídico. Ademais, esses elementos também são caros ao mundo científico e acadêmico, preocupados com formas compreensíveis de exposição.

Os apontamentos que realizo acerca da oralidade se propõem a reafirmar justamente uma das preocupações metodológicas da disciplina, qual seja, perspectivar o direito para que as expectativas sociais relacionadas a ele não sejam transportadas injustificadamente para o âmbito da análise do tecido social que, conforme apresentamos, também se expressa através dos registros orais.

Os registros orais aos quais nos referimos estão carregados de indicativos da experiência social dos alunos e alunas, são falas ritmadas e acompanhadas dos trejeitos e ênfases característicos de sua socialização sempre em curso. Expressam-se diferentemente porque vivem diferentemente e essa vivência, que acessam estrategicamente quando instados a realizar entrevistas e observações, comumente está à base da escolha dos temas e da maneira como se expressam.

Em alguns casos, como em um grupo do semestre letivo de 2019.1, formado majoritariamente por favelados, o registro oral evidencia a formatação geral da pesquisa como um elemento disruptivo, pois, se o registro escrito concede um tempo de adequação entre a própria maneira de se expressar e a expectativas acerca da maneira adequada de expressão, o registro oral nos permite observar a dificuldade em pensar em uma língua e precisar falar em outra.

Essa distensão certamente se desfaz no curso da socialização, mas não deixa de ser pertinente quanto as possibilidades de discussão metodológica, pois as pesquisas participantes, militantes, tipos de biografias são possibilidades muito próximas de pesquisas baseadas em entrevistas e observações e permitem aproximar a escala do ator social e a escala do sistema jurídico, mais amplo.

É certo que a disciplina de Métodos e Técnicas da Pesquisa Sócio-Jurídica está atenta a essas questões e possibilidades, mas, como apresentamos na seção 3, ela se encontra limitada pelo tempo e pelo espaço. Assim, reconhecendo esse conjunto de questões, dedicaremos a próxima seção a algumas proposições gerais relacionadas a disciplina.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pudemos observar os aspectos desse esforço coletivo de pesquisa cujo objeto é negociado entre grupo temáticas que se compõem livremente para a realização de uma pesquisa que os coloca em contato direto com literatura especializada, interlocutores e ambientes além do espaço da faculdade. Nesse processo, professor, estagiários docentes e monitores buscam se posicionar enquanto coordenadores de pesquisa, ressaltando as preocupações metodologicamente orientadas que conectam as diferentes abordagens temáticas acerca do fenômeno jurídico.

Essa pesquisa oferece um panorama da disciplina, caracterizando-se também como um trabalho de memória, ao recuperar pesquisas empíricas realizadas no âmbito da disciplina, e instar para que haja uma preocupação cada vez maior quanto ao registro e acesso da produção acadêmica e científica de quaisquer níveis de formação. Por se dedicar à apresentação de um quadro geral, o estudo não trata pormenorizadamente de nenhuma questão específica.

Contudo, essa elaboração panorâmica – que aborda as expectativas acerca da disciplina, as dinâmicas da pesquisa empírica colocada em prática por orientação curricular e os tendências temáticas – permite que alcancemos um indicativo de resposta ao problema de partida, qual seja, como resta preenchida a categoria “jurídico” pelos trabalhos realizados na disciplina obrigatória de Métodos e Técnicas da Pesquisa Sócio-Jurídica.

Nota-se que as pesquisas expressam um pessimismo generalizado em relação ao fenômeno jurídico, de modo a ressaltar o caráter regulador do direito que aparece como legitimador das condições à base de injustiças sociais. Certamente há trabalhos que ressaltam um esforço de ampliação da lógica jurídica com o propósito de compreender mais e melhor as demandas por reconhecimento da contemporaneidade. Apesar disso, esse reconhecimento é geralmente contrastado com os processos problemáticos de sua efetivação. Em termos simples, o jurídico – enquanto adjetivo das relações associadas ao direito – é legitimador ou solução precaríssima, porque inefetiva, de problemas sociais.

Em geral, as pesquisas buscam acessar o jurídico através da perspectiva daqueles que consideram hipossuficientes – social, econômica, política e/ou juridicamente – com uma tendência ao tensionamento dos limites das próprias concepções jurídicas. Há muitas temáticas, especialmente aquelas compreendidas como questões de gênero e sexualidade, que propõem profundas mudanças no direito sob a perspectiva explícita ou não de que um ser humano não pode ficar desamparado, pelo menos em tese e abstratamente, porque o difuso imaginário social sobreleva as pretensões de justiça resguardadas por parte do âmbito jurídico. Ao falar de seres

humanos, nesse mesmo sentido de proposições que lidam com fronteiras do direito, cumpre ressaltar, por exemplo, o crescente debate sobre os direitos dos animais e as possibilidades de atribuição da personalidade jurídica.

São temas contemporâneos, comumente referentes a assuntos polêmicos, cujas investigações priorizam interlocutores atuantes junto ao poder judiciário. Assim, o “jurídico” também é acessado através de uma ênfase muito grande dada aos magistrados, Defensoria Pública, procuradores, advogados e às leis já estabelecidas. Ou seja, há pouquíssimas investigações dedicadas ao poder legislativo ou mesmo ao trâmite das normas que ainda não vigoram e podem nunca vigorar. Esse aspecto da construção e acesso ao direito não foi muito explorado.

Essa exposição, que alcança nosso problema de partida, é possível em razão do cumprimento dos objetivos específicos. Ao longo das seções, fomos capazes de apresentar como a ementa do curso, pautada com preocupações relativas à pesquisa empírica, resolve as sugestões programáticas oriundas do nome da disciplina e das preocupações registradas para ela no Sistema de Gestão Acadêmica (SIGA). No mesmo sentido, mapeamos e apresentamos todos os trabalhos conhecidos e/ou disponíveis que foram produzidos ao longo dos semestres letivos compreendidos entre 2014.2 e 2019.2 e, com essas informações organizadas, apresentamos as principais questões mobilizadas pelos alunos e alunas ao longo do processo de pesquisa, com enfoque para os semestres letivos de 2019.1 e 2019.2.

Assim, o conjunto que analisamos pode ser entendido como uma especialização da tendência teórica própria da ementa, ou seja, como alunos e alunas acessam, compreendem e tratam as preocupações ressaltadas por uma noção particular de pesquisa na área jurídica sujeita a calibragens, a partir da ementa, com base na retroalimentação temática das investigações que acompanha os fluxos e influxos da agitada vida social. Espera-se que essa pesquisa, cuja felicidade é a ampla possibilidade de rediscussão e reelaboração de todas as categorias apresentadas, possa auxiliar futuros estagiários-docentes e monitores na tarefa de se aprimorar para atender cada vez melhor as demandas de cooperação para elaboração das pesquisas.

Como sugerimos na seção reservada à metodologia, esse trabalho deve encarado como um relatório de monitoria expandido e, sabendo que relatórios desse tipo reservam um espaço para sugestões, incluiremos nessas considerações finais três proposições relacionadas à disciplina de Métodos e Técnicas da Pesquisa Sócio-Jurídica.

A primeira proposição leva em consideração que há limitações de tempo e espaço na disciplina, implicando, dentre outras coisas, em uma valorização da prática em relação à teoria. De acordo com os registros genéricos encontrados no Sistema de Gestão Acadêmica (SIGA),

essa transformação no enfoque foi incentivada pela grade nova, de 2014.1. Assim, propõe-se uma disciplina eletiva que a partir da experiência com a pesquisa empírica remeta os alunos e alunas ao universo da discussão metodológica.

A segunda proposição busca inspiração em iniciativas semelhantes que já ocorrem na faculdade. Trata-se de consolidar uma revista de estudos empíricos dedicada à produção acadêmica e científica de alunos e alunas da graduação em Direito. Uma maneira de incentivar pesquisadores iniciantes com a circulação ampla de suas análises, aproveitando-se do grande volume de produção concentrado na disciplina. Inclusive, o próprio processo de seleção e publicação desses trabalhos seria uma forma de preparar os alunos para que componham futuramente atividade editorial, ao mesmo tempo importante e pouco conhecida.

A terceira proposição se refere às dinâmicas internas da disciplina e busca (i) incentivar a comunicação entre os grupos temáticos, (ii) perspectivar as impressões do professor, estagiários docentes e monitores – que acompanharam com muita proximidade os processos de análise – e (iii) estimular opiniões mais qualificadas através de pareceres. Propõe-se que cada grupo produza, sucintamente, pelo menos um parecer acerca das apresentações dos demais grupos.

Ademais, há algumas experimentações que podem ser propostas aos alunos e alunas, como a proposição individual de temas e o posterior agrupamento por interesse temático.

Finalmente, sobre a continuidade desse esforço de pesquisa, quatro sugestões: (1) manter busca contínua pelos trabalhos ainda não localizados e a manutenção do registro dos trabalhos que ainda serão produzidos; (2) explorar mais especificamente os trabalhos marcados pelas sobreposições temáticas; (3) aplicar esse tipo de mapeamento a outras produções acadêmicas e científicas, como monografias, dissertações, teses, artigos vinculados a grupos de pesquisa; (4) prospectar reminiscências de pesquisas anteriores, considerando que Métodos e Técnicas da Pesquisa Sócio-Jurídica é uma disciplina obrigatória do segundo período e compreende os alunos que, em sua maioria, acabaram de cursar a disciplina obrigatória de Sociologia Geral, em geral dedicada à pesquisa junto a movimentos sociais. Ademais, nossa disciplina antecede as outras dedicadas a Monografia Jurídica, de modo que seria interessante observar se os alunos estabeleceram alguma relação de pesquisa entre as duas disciplinas.

8 REFERÊNCIAS

- BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2019]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 24 NOV. 2019.
- BUTLER, Judith. Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto? 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- CHOAY, Françoise. O Urbanismo. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- DEMO, Pedro. Metodologia Científica em Ciências Sociais. São Paulo: Atlas, 1995.
- GALIAN, Cláudia Valentina Assumpção; LOUZANO, Paula Baptista Jorge. Michael Young e o campo do currículo: da ênfase no “conhecimento dos poderosos” à defesa do “conhecimento poderoso”. *Educação e Pesquisa*, v. 40, n. 4, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v40n4/16.pdf>>. Acesso em 24 NOV. 2019.
- GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GIROUX, H.; SIMON, R. Schooling, popular culture and a pedagogy of possibility. *Journal of Education*, Boston, v. 170, n. 1, 1988.
- LA CECLA, Franco. Je te quitte, moi non plus: ou l’art de la rupture amoureuse. 1ª ed. Paris: Calmann-Lévy, 2004.
- LEFEBVRE, Henri [1968]. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001.
- LOPES, A. R. C. Reflexões sobre currículo: as relações entre senso comum, saber popular e saber escolar. *Em Aberto*, ano 12, n. 58, 1993. Disponível em: <<http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/1886/1857>>. Acesso em 24 NOV. 2019.
- OLIVEIRA, Luciano. Não fale do Código de Hamurabi! A pesquisa sócio-jurídica na pós-graduação em direito. In: OLIVEIRA, Luciano. Sua Excelência o Comissário e outros ensaios de Sociologia Jurídica. Rio de Janeiro: Letra Legal, 2004, p. 137-167.
- RANCIÈRE, Jacques. O mestre ignorante: cinco lições sobre a emancipação intelectual. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- ROLNIK, Raquel. A cidade e a lei. Legislação, política urbana e território na cidade de São Paulo. São Paulo: Nobel/FAPESP, 1997.
- SINGER, Paul [1973]. Economia Política da Urbanização. 10ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- WEBER, Max. Economia e Sociedade. 4ª ed. Brasília: Editora da UNB, 1998.

YOUNG, Michael. Para que servem as escolas? *Educação & Sociedade*, v. 28, n. 101, p. 1287-1302, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n101/a0228101.pdf>>. Acesso em 24 NOV. 2019.

XAVIER, José Roberto Franco. Algumas Notas Teóricas Sobre a Pesquisa Empírica em Direito (Some Theoretical Notes on Empirical Legal Research). *FGV DIREITO SP Law School Legal Studies Research Paper Series*, v. 1, p. 1-35, 2015.
